

Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Ana Cláudia Pais da Silva

A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Ana Cláudia Pais da Silva

**A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses**

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizada sob a orientação da Professora Doutora Maria de Fátima Travassos Conde e Coorientação da Professora Doutora Clara Margarida Pisco Viseu.

Coimbra, julho de 2021

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

“Tudo acontece na hora certa. Tudo acontece, exatamente quando deve acontecer”

Albert Einstein.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação só foi possível com a ajuda da minha Orientadora Professora Doutora Fátima Conde e Coorientadora Professora Doutora Clara Viseu, a quem agradeço a atenção, dedicação, profissionalismo e tempo dispensado.

Agradeço à minha família, Pai, Mãe, Irmã, Cunhado e Sobrinhos, aos meus Amigos.

Agradeço também a todas as Câmaras Municipais e a todos os funcionários envolvidos nas respostas aos inquéritos.

RESUMO

Promover a sustentabilidade deve ser um objetivo de todas as entidades, públicas e privadas. As instituições públicas deviam ter um papel de incentivo às boas práticas sociais e ambientais. Este trabalho tem como objetivo alertar para a importância da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelos Municípios, e as dificuldades que estes podem sentir, principalmente, em altura de pandemia. Neste sentido, analisamos todos os ODS implementados pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos Municípios portugueses para tentar compreender a sensibilidade e a importância dada ao tema, bem como quais as medidas adotadas por cada Autarquia. O método de recolha de informação foi o questionário, enviado aos 308 Municípios de Portugal, tendo-se obtido um total de 52 respostas. Os dados foram analisados através de técnicas de estatística descritiva. Tendo em conta o número de respostas, percebemos que ainda é dado pouco relevo ao assunto e de acordo com os resultados analisados verificámos que nem todos estão em igualdade de efetivação do referido objetivo.

Palavras-chave: Municípios Portugueses, ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade

ABSTRACT

Promoting sustainability must be an objective of all entities, public and private. Public institutions should play a role in encouraging good social and environmental practices. This work aims to raise awareness of the importance of implementing the Sustainable Development Goals (SDGs) by the Municipalities, and the difficulties they may experience, especially during a pandemic. In this sense, we analyze all the SDGs implemented by the United Nations (UN) in Portuguese Municipalities to try to understand the sensitivity and importance given to the topic, as well as the measures adopted by each Municipality. The method of collecting information was the questionnaire, sent to the 308 Municipalities of Portugal, with a total of 52 responses being obtained. Data were analyzed using descriptive statistics techniques. Taking into account the number of responses, we realize that little importance is given to the subject and, according to the results analyzed, we verified that not all of them are equally effective in achieving the aforementioned objective.

Keywords: Portuguese Municipalities, Sustainable Development Goals, ODS, Sustainability

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	11
1 Desenvolvimento Sustentável.....	14
1.1 Evolução do Conceito.....	14
1.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	18
1.3 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Pandemia.....	21
1.4 Relatórios de Sustentabilidade.....	23
2 Sustentabilidade Local.....	26
2.1 Sustentabilidade nas Cidades.....	26
2.1.1 – Caso da Lituânia	28
2.1.2 – Caso da República Checa	29
2.1.3 – Caso da Turquia	31
2.1.4 – Caso de Espanha	33
2.1.5 - Caso da Finlândia	33
2.2 Cidades Inteligentes “Smart Cities”	35
2.3 Aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios.....	40
3 Sustentabilidade em Portugal.....	49
3.1 Sustentabilidade em Portugal vista pelo mundo	49
3.2 Sustentabilidade nos Municípios Portugueses	51
4 Estudo da Sustentabilidade nos Municípios Portugueses	56
4.1 Objetivo do Estudo	56
4.2 Metodologia	57
4.3 Descrição do Inquérito realizado	59
4.4 Resultados obtidos	61
4.5 – Análise Bivariada.....	74
4.6 Discussão de Resultados.....	75

CONCLUSÃO	80
ANEXOS	89
ANEXO 1 – Inquérito Realizado aos Municípios PortuguesesA importância da sustentabilidade nas Autarquias Locais	90
A importância da sustentabilidade nas Autarquias Locais	91

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	19
Imagem 2 – Mapa da Turquia.....	32
Imagem 3 - Fontes de consumo de energia em Portugal em 2019	76

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa do número de habitantes	57
Tabela 2 - Municípios com fontes de energia sustentável	67
Tabela 3 – Taxa de desemprego	68
Tabela 4 – Acesso gratuito à Internet	69

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Municípios com conhecimentos sobre ODS	62
Gráfico 2 - Medidas aplicadas para erradicação da pobreza nos concelhos	62
Gráfico 3 – Medidas para assegurar a vida saudável e bem-estar da população	64
Gráfico 4 - Mecanismos adotados de acesso à educação.....	64
Gráfico 5 - Intervalo estimado de empreendedores nos concelhos	64
Gráfico 6 - Estimativa de mulheres que trabalham no quadro do Município.....	65
Gráfico 7 – Conhecimento sobre casamentos prematuros, forçados ou que envolvam crianças	65
Gráfico 8 – Acesso a água potável.....	65
Gráfico 9 – Acesso à rede de saneamento	66
Gráfico 10 – Medidas de proteção aos ecossistemas	66
Gráfico 11 – Fontes de energia sustentável	68

Gráfico 12 – Formas de apoio às atividades produtivas	68
Gráfico 13 – Infraestruturas construídas nos últimos 5 anos	70
Gráfico 14 – Reduzir as desigualdades	70
Gráfico 15 – Transportes públicos em todo o Concelho	70
Gráfico 16 – Medição da qualidade do ar	71
Gráfico 17 – Campanhas sensibilização cuidados com o planeta	71
Gráfico 18 – Procedimentos em caso de catástrofes.....	71
Gráfico 19 – Fiscalização ambiental.....	72
Gráfico 20 – Proteção à vida marítima	72
Gráfico 21 - Parcerias	73

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

BCSD - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

CEO - Chief Executive Officer (Diretor Executivo)

CRP - Constituição da República Portuguesa

CSC - Código das sociedades comerciais

DJSI – Dow Jones Sustainability Index World

ESA – Agência Espacial Europeia

EUA – Estados Unidos da América

GRI - Global Reporting Initiative

GTF – Global Taskforce of Local and Regional Governments

LA21 - Agenda 21 local

NASA – Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço

NUA – Nova Agenda Urbana

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG - Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RS – Responsabilidade Social

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

SGPS – Sociedades Gestoras de Participações Sociais

UCLG – United Cities and Local Governments

UE - União Europeia

UNDP – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social (RS) resulta da evolução da inteligência da raça humana, passando do individualismo para uma visão holística, na qual devemos ser responsáveis e maduros para cuidar das nossas próprias ações, ou seja, devemos enfrentar e resolver as consequências do nosso estilo de vida. Todos sabemos que as organizações são interdependentes com o ambiente natural e social em que operam. Portanto, consideramos que as organizações devem alinhar os seus projetos de forma sustentável e ter o cuidado de atuar de forma responsável com o meio ambiente. Contribuindo assim, positivamente, para a sociedade e o meio social em que atuam.

O desenvolvimento económico sem um compromisso com os aspetos sociais, económicos e ambientais torna-se um desenvolvimento desumano, causando exclusão social e impactos negativos na geração atual, e nas futuras. Já em 1997, Elkington, defendia que o mundo devia começar a procurar um equilíbrio entre os elementos das três dimensões, já mencionadas, que compõem a perspetiva do Triple Bottom Line.

Por estes e outros motivos, as questões da RS foram ganhando um significativo espaço de debate e reflexão no meio académico, no ambiente empresarial, e nas organizações governativas, o que é evidenciado pelo número crescente de publicações sobre este assunto (Lopatta, K.; Buchholz, F. e Kaspereit, T., 2012).

Foram vários os acontecimentos e as organizações que, ao longo de décadas, contribuíram para alertar a comunidade para a importância da sustentabilidade.

Em setembro de 2015, em Nova York, os líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU e definiram a Agenda 2030, constituída por 17 ODS, 169 metas e 230 indicadores globais. A Agenda 2030 é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes.

Os ODS apareceram como um apelo universal para proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham dignidade. A meta principal é a criação de um conjunto de objetivos que conduzam os governos, empresas e sociedades para um mundo mais sustentável e inclusivo. Os ODS foram assinados por mais de 190 países em 2015, e definem as prioridades e aspirações globais para 2030 requerendo uma ação à escala

mundial de governos, empresas e sociedade civil para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos, dentro dos limites do planeta.

Moallemi, E. A., Malekpour, S., Hadjikakou, M., Raven, R., Szetey, K., Moghadam, M. M., ... e Bryan, B. A. (2019) referem que a Agenda 2030 é um forte sinal de interesse global na coesão ambiental, social e económica, uma união conjunta dos serviços tanto governamentais, como não governamentais, em prol das estratégias de mudança que, de acordo com os autores, devem ser baseadas numa estratégia de inclusão das empresas, cidades e comunidades locais. Apesar de a ideia ser global, deve existir um procedimento sustentável local, sendo necessária uma ação de baixo para cima.

É de salientar que, se até 2019, estes objetivos eram promissores, no último ano (2020) verificamos a fragilidade tanto dos ODS, como do próprio ser humano, face à natureza. Contextualizando o momento atual de pandemia e a nova realidade, Naidoo, R. e Fisher, B. (2020, p. 198) referem que “*o COVID-19 está a mostrar que os ODS, conforme concebidos atualmente, não são resilientes a transtornos globais*”.

As entidades que fazem parte do setor público, em especial, têm a obrigação de mostrar um maior empenho em termos de sustentabilidade, responsabilização e transparência de informação. Cada vez mais estas entidades devem promover e exercer comportamentos responsáveis que demonstrem a preocupação existente por todas as questões relacionadas com a definição de ações socialmente responsáveis, que respondam às necessidades dos *stakeholders*, principalmente, dos cidadãos da sua comunidade.

O Desenvolvimento Sustentável Local é um passo imprescindível para se atingir o Desenvolvimento Sustentável Global e, neste contexto, pensamos ser interessante falar dos conceitos de Cidades sustentáveis e Cidades inteligentes. Grandes cidades, como Barcelona, Londres, Praga, Helsínquia, entre outras, já aderiram a este conceito, tendo implementado vários procedimentos sustentáveis. Estas cidades têm características muito próprias e, na nossa opinião, servem como exemplo de sustentabilidade local.

Por acreditarmos que o principal objetivo de um Município não é ser economicamente eficiente, mas principalmente, no contexto atual, promover o bem-estar da sociedade, pretendemos, neste trabalho, analisar algumas práticas de RSE desenvolvidas nos Municípios portugueses. Neste sentido, foi desenvolvido e aplicado um questionário, enviado a todos os Municípios portugueses.

Sabendo que em Portugal existe pouca investigação sobre a forma como os ODS estão a ser executados nos diversos Municípios, este trabalho pretende contribuir para a literatura nacional nesta área, fornecendo dados relevantes sobre o valor dado pelos Municípios à implementação dos ODS, divulgando quais as ações mais desenvolvidas, e em que Municípios, e a nível autárquico, motivar os responsáveis públicos a terem comportamentos mais responsáveis.

Este trabalho vai ser apresentado em quatro capítulos. Após a introdução, iniciamos com uma breve explicação do desenvolvimento do conceito da sustentabilidade, e a sua evolução até à atualidade. Nesta primeira parte, contextualizamos a sustentabilidade de uma forma geral, tendo em consideração a situação presente da pandemia e as consequências desta crise humanitária nos ODS. Na segunda parte do trabalho, estudamos as cidades e vilas do mundo, tentamos compreender o que é feito a nível de sustentabilidade local nos vários países e damos os exemplos das cidades inteligentes e sustentáveis. Na terceira parte, estudamos as cidades Portuguesas e transmitimos alguns bons exemplos do nosso país. Terminamos o trabalho com a apresentação do estudo da sustentabilidade nos Municípios Portugueses. Esta apresentação é fundamentada através da análise estatística aos resultados dos questionários enviados a todos os Municípios de Portugal.

1 Desenvolvimento Sustentável

A sustentabilidade, atualmente, inclui três vertentes, a ambiental, a económica e a social, mas este conceito foi concebido apenas no campo ambiental, a sua evolução foi acompanhando o desenvolvimento da raça humana.

1.1 Evolução do Conceito

Após algumas pesquisas sobre a origem do termo Sustentabilidade, verificámos através do trabalho de Bonfiglioli, citado por C. Pontes, 2012), que este termo nos remete para o ano de 1713, quando Hanns Carl Von Carlowitz (1645 - 1714), referiu na sua obra e pela primeira vez na história, o termo Sustentabilidade. Ainda que fosse apenas aplicado às florestas, nunca antes tinha havia referência a tal termo. No seu livro intitulado, “*Sylvicultura Oeconomica oder Anweisung zur wilden Baum-Zucht*”, Carlowitz, defendeu que deveríamos ter como objetivo um uso contínuo, resiliente e sustentável da floresta.

Por volta de 1760, em Inglaterra, a Revolução Industrial, que tinha como forte carisma, o desenvolvimento das máquinas a vapor em substituição das ferramentas e a substituição da produção artesanal pelo sistema fabril, levaram à exploração de recursos naturais em escala exponencial. A poluição das fábricas era sinónimo de vitória e prosperidade, de crescimento económico e social. A população mudou-se para as cidades em busca de trabalho industrial. Cada vez mais os recursos ambientais eram invadidos sem qualquer preocupação ou consciência das consequências futuras. Todos atos têm as suas consequências e esta revolução foi o ponto de viragem na agressão desenfreada ao ambiente, poucos eram os que se preocupavam com os efeitos futuros.

Durante mais de 200 anos o termo Sustentabilidade esteve apenas relacionado com arranjar técnicas de produção, principalmente para a floresta, de forma sustentada, deixando de lado a vertente humana e ambiental.

Em 1962, Carson, escreveu o livro intitulado “*Silent Spring*”, onde alertava para o bem-estar e a saúde da natureza, eliminando a ideia vincada de que a natureza aguentaria todo e qualquer transtorno que o ser humano fizesse. Esta nova ideia lançada à sociedade da época, despertou a curiosidade dos mais intelectuais e em 1968, foi

fundado o Clube de Roma. Só nesta altura, começa a nascer a preocupação ambiental, social e económica. Começam a questionar sobre o futuro dos recursos, sobre a capacidade do planeta se manter saudável, sobre a capacidade do ser humano em sobreviver nesta ambição desenfreada.

Uma das organizações que mais tem contribuído para a “abertura de consciência” relativamente a estes temas é a Organização das Nações Unidas (ONU). Esta organização, em 1972, criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)¹, que é a principal autoridade ambiental global que determina a agenda internacional sobre o meio ambiente, promove a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável no Sistema das Nações Unidas e serve como autoridade defensora do meio ambiente no mundo. Este programa é reconhecido ainda em 1972², na conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente Humano, e desta conferência nasce a Declaração do Ambiente que no seu 1º Princípio afirma que o homem tem direito a viver ³*“num ambiente cuja qualidade lhe permita viver com dignidade e bem-estar, cabendo-lhe o dever solene de proteger e melhorar o ambiente para as gerações atuais e vindouras”*. Em 1987⁴ é apresentado o Relatório Brundtland, onde se define o Desenvolvimento Sustentável como um modelo de desenvolvimento que *“responda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”*.

Em junho de 1992, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro. Esta conferência reafirmou a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo a 16 de junho de 1972. Em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros problemas sociais. Esse pacto acabou por levar aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, 8 alvos a serem alcançados até 2015. De 2000 a 2015, diversos eventos e relatórios acompanharam a evolução dos ODM no mundo. Em setembro de 2002, os representantes dos povos do mundo, reuniram-se em Joanesburgo, África do Sul, e assinaram a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável das origens ao futuro. Assumiram o compromisso

¹ Informação disponível [Sobre o PNUMA | UNEP - UN Environment Programme](#), consultada em 10/02/2021.

² Informação disponível [Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano, \(apambiente.pt\)](#), consultada em 10/02/2021.

³ Informação disponível [APA - Políticas > Desenvolvimento Sustentável \(apambiente.pt\)](#), consultada em 10/02/2021.

⁴ Informação disponível [APA - Políticas > Desenvolvimento Sustentável \(apambiente.pt\)](#), consultada em 10/02/2021.

de construir uma sociedade global humanitária, equitativa e solidária, ciente da necessidade de dignidade humana para todos. Dez anos mais tarde, foi assinada a Declaração Final Da Conferência Das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), onde reafirmaram todos os compromissos e princípios já assumidos.

Seguindo a linha cronológica dos eventos mundiais sobre sustentabilidade, em setembro de 2015⁵, em Nova York, os líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU e definiram a Agenda 2030. Esta é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. Verificamos que os ODS são resultado de um acúmulo de experiências, debates e negociações globais.

Os ODS tiveram por base e como principal função, traçar a linha de orientação para o desenvolvimento de países e populações globais mais pobres (Gupta e Vegelin, 2016), pretendendo promover o Estado de Direito a nível nacional e internacional, responsabilizando as instituições de forma ascendente e descendente, através da maior participação, liberdade e capacidades em todos os níveis.

Em 2017, Stafford-Smith, M., Griggs, D., Gaffney, O., Ullah, F., Reyers, B., Kanie, N., ... e O'Connell, D., defendiam a ideia que cabe a cada nação implementar os ODS com a atenção adequada às circunstâncias locais. Tendo todas as nações a possibilidade de realizar os seus próprios caminhos, ajudaria a garantir que a implementação fosse coordenada, e forneceria uma hipótese muito maior de sucesso nas ambições elevadas e vitais da agenda pós-2015.

A sustentabilidade baseia-se na vertente ambiental, económica e social, sendo a alavancagem entre elas fundamental. Fischer, J., e Riechers, M. (2019) recordam que a história provou que grandes mudanças no comportamento humano realmente podem ocorrer, por exemplo, o fim da escravidão ou segregação racial e o aumento da igualdade entre mulheres e homens são exemplos de grandes mudanças, que em alguns momentos teriam parecido totalmente impensáveis para os analistas contemporâneos. Os referidos autores entendem que as mudanças de paradigma e a transformação social são possíveis quando o desejo de mudança coincide com os meios práticos de

⁵ Informação disponível em [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU Portugal \(unric.org\)](https://unric.org/), consultada em 10/02/2021.

implementar medidas concretas. Esta alavancagem pode ser uma promessa considerável para a ciência da sustentabilidade.

Moallemi, E. A., *et al.* (2019), para além de referirem a importância da Agenda 2030 defendem a ideia da implementação local, como base do sucesso. Contudo, alertam para o fracasso que foi a da Agenda 21 Local (LA21), no passado, que foi implementada localmente, mas a ausência de um apoio financeiro mais forte e de longo prazo, bem como a falta de compromisso político, impediu a implementação das ações da LA21. Em suma, a capacidade económica e o compromisso político das comunidades locais são essenciais para atingir a sustentabilidade, de baixo para cima.

Existem vários estudos que têm demonstrado como uma estratégia sustentável pode afetar positivamente o desempenho das empresas e instituições, nomeadamente as vantagens em termos de reputação positiva, como preconiza a teoria da legitimidade (Islam, 2017).

Neste contexto, Hristov, I. e Chirico, A. (2019), lembram alguns benefícios a nível financeiro para as empresas e instituições verdes, como por exemplo as facilidades de crédito. Os autores defendem a importância do papel das instituições públicas no estímulo para implementação de estratégias sustentáveis. Referem que muitos países influenciam as estratégias das empresas através de vários regulamentos, que podem ter efeitos de proibição ou de incentivo. Estas empresas e instituições, em geral, são mais cuidadosas com o uso de materiais e com a força de trabalho. Além disso, as organizações que adotam voluntariamente estratégias sustentáveis baseiam toda a sua política em transparência e confiança. O desenvolvimento sustentável melhorará a vida das pessoas, mas o futuro do nosso planeta requer ação imediata.

São vários os autores que consideram difícil executar dentro dos prazos a Agenda 2030 porque são necessárias transformações económicas, sociais e políticas. Singh, S. K., Chen, J., Del Giudice, M., e El-Kassar, A. N. (2019), acreditam que a sinergia perfeita entre capacidade ambiental dos funcionários das empresas e instituições, a gestão ambiental e a formação ambiental, sob o “guarda chuva” da ética, irão fazer com que os negócios, a sociedade e o planeta coexistam, e sejam felizes e saudáveis. Já Scoones, I., Stirling, A., Abrol, D., Atela, J., Charli-Joseph, L., Eakin, H., ... e Yang, L. (2020), referem que se estas transformações são apenas ambientalmente benéficas, mas não salvaguardam as pessoas mais marginalizadas, então, estas transformações não podem

ser só económicas, sociais e políticas, mas também são necessárias transformações que sejam ao mesmo tempo estruturais, estratégicas e comportamentais. Explicam que as abordagens estruturais e estratégicas, devem incluir movimentos sociais ou orientações políticas, que protejam as minorias locais. Também no campo comportamental, D'Adamo, I., Falcone, P. M., Martin, M., e Rosa, P. (2020), defendem que os comportamentos atuais de consumismo precisam, obrigatoriamente, de ser alterados para comportamentos sustentáveis. A proteção ao meio ambiente tem de ser o papel central nas atividades humanas. Nem o setor privado, nem o industrial, nem o público, podem hoje atuar no mercado global, sem terem uma perspetiva e estratégia claras sobre sustentabilidade.

Não conseguimos mudar e preservar o ambiente, sem antes mudarmos as mentalidades dos seres humanos, a solução passa por um apelo neste sentido. Uma maior consciência para a sustentabilidade, permite localizar a capacidade transformadora para a mudança necessária para um futuro seguro, justo e sustentável para a humanidade e para o planeta (Ives, C.D., Freeth, R., e Fischer, J., 2020). Foi, também, com este objetivo que foram criados os ODS.

1.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os ODS representam as prioridades globais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, assinada por mais de 190 países em 2015. Definem as prioridades e aspirações globais para 2030 e requerem uma ação à escala mundial de governos, empresas e sociedade civil para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos, dentro dos limites do planeta

São 17 objetivos, 169 metas e 230 indicadores globais que Portugal e o mundo devem atingir até 2030, para que todos juntos consigam erradicar a pobreza e criar igualdade entre os povos e dentro dos povos, assim como não ultrapassar os limites do planeta Terra.

Estes ODS, adotados pela quase totalidade dos países do mundo, no contexto das Nações Unidas, são (Imagem 1):

Imagem 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Imagem oficial dos ODS da Agenda 2030 (*Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - BCSD Portugal*)

Estes objetivos são muito promissores, no entanto, alvo de alguma controvérsia, Nilsson, M., Griggs, D., e Visbeck, M. (2016), concluem que os objetivos dependem uns dos outros - mas que ninguém especificou exatamente como. Referem que os objetivos estão interligados e por vezes para atingir um, agridem outro, portanto, não podem os países ignorar as sobreposições e simplesmente começarem a implementar um por um, porque correm o risco de obter resultados perversos. Dão o exemplo da Ásia, que ao usar carvão para melhorar o acesso à energia (objetivo 7), aceleram as mudanças climáticas e acidificam os oceanos (minando os objetivos 13 e 14), bem como agravam outros problemas, como danos à saúde causados pelo ar - poluição (interrompendo a meta 3). Nilsson *et al.*, (2016) continuam com o exemplo da África Austral, em que expõem que bastava cumprir com alguns objetivos para se tornarem um país um pouco melhor, no caso, os esforços educacionais para meninas (objetivo 4) melhorariam a saúde materna e contribuiriam para erradicação da pobreza (objetivo 1), a igualdade de género (objetivo 5) e o crescimento económico (objetivo 8) local.

Os referidos autores, não concordam, que as necessidades são iguais no mundo todo, e acusam a falta de “coerência política” como um dos alvos do possível fracasso destes objetivos. Defendem a necessidade de conhecimento empírico atualizado, por parte dos políticos, sobre como os objetivos e intervenções de um setor afetam o outro positiva ou negativamente. Os países devem interpretar os ODS de acordo com as suas circunstâncias e níveis nacionais de desenvolvimento. As diferenças na geografia, no governo e na tecnologia torna perigoso e inoportuno a generalização dos ODS (Nilsson *et al.*, 2016).

Ainda antes da implementação dos ODS, num artigo de opinião, Horton, R. (2014, p.

2196), fez uma análise minuciosa a cada um dos ODS referindo que os países deviam unir-se em prol de uma ajuda equilibrada. As decisões não deveriam estar exclusivamente dependentes da receita, ignorando a pluralidade de influências que diferenciam as reais oportunidades das pessoas. Esta *“pluralidade de influências incluem vastas ameaças ecológicas que enfrentamos, entre elas, mudanças climáticas, perda de biodiversidade, acidificação dos oceanos e poluição química e atmosférica”*. Os valores, as vontades, os objetivos de cada ser humano, terão sempre um peso grande nas atitudes e políticas de cada país, assim como, a resiliência, a capacidade de adaptação, a capacidade de recuperar, de reconstituir e de reconstruir, varia de local para local.

Já Madeley, J. (2015, p. 32), coloca em dúvida os resultados das estatísticas lançadas pela ONU, contrapondo a realidade imposta por estes, referindo que a ONU chamou os ODS de *“O anti-pobreza de maior sucesso na história”*. O ODS nº 1 tem por meta, reduzir para metade o número de pessoas que vivem na pobreza. A ONU estima que o número de pessoas que vivem com menos de US \$ 1,25 por dia tenha sido reduzido de 1,9 bilhão em 1990 para 836 milhões em 2015. De acordo com Madeley, J. (2015), isso parece impressionante, mas as estatísticas não passam de estimativas e como tal, podemos estimar tudo o que quisermos. E as estatísticas sobre a fome parecem contradizer as da pobreza. O autor continua, e refere que, de acordo com a *ONU e a Food and Agriculture Organization of the United Nations*, 852 milhões de pessoas no mundo, estavam subnutridas entre 2000 e 2002 e o estado de insegurança alimentar mundial em 2015, caiu para 795 milhões. Madeley, J. (2015), escreve ainda que, de facto isto revela progresso, mas ainda muito longe do esperado - reduzir pela metade -, e que globalmente os objetivos não são bem o sucesso que a ONU afirma.

Estes objetivos tiveram por base e como principal função, traçar a linha de orientação para o desenvolvimento de países e populações globais mais pobres, e pretendiam promover o Estado de Direito a nível nacional e internacional, responsabilizando as instituições de forma ascendente e descendente, através de uma maior participação, liberdade e capacidade em todos os níveis. Gupta, J., e Vegelin, C. (2016), referem ainda que a articulação desses objetivos concentra-se muito no que os países desenvolvidos devem fazer para ajudar os países em desenvolvimento e recordam a importância do papel da comunidade académica e das ONGs no sentido de monitorar

esse compromisso de entre ajuda. O risco desta abordagem relacional ser infeliz, só pode ser evitado definindo as regras das interações participativas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Stafford-Smith, M., *et. al.* (2017), defendem a ideia que cabe a cada nação implementar os ODS com a atenção adequada às circunstâncias locais e sugerem sete categorias como forma de implementação dos ODS, no tempo e no espaço, sendo adaptados localmente. Sendo, as sete categorias - finanças, tecnologia, capacitação, coerência de políticas, parcerias, monitorização de dados e prestação de contas. Tendo todas as nações a possibilidade de realizar os seus próprios caminhos, na opinião dos autores, ajudaria a garantir que a implementação fosse coordenada e forneceria uma hipótese muito maior de sucesso nas ambições elevadas e vitais da agenda pós-2015.

A todas as dificuldades já apresentadas, veio juntar-se a pandemia.

1.3 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Pandemia

Vários autores alertaram ao longo dos tempos sobre as necessárias alterações nos comportamentos humanos, mas nada resultou. Foi preciso uma pandemia para que as pessoas fossem obrigadas a alterar os seus comportamentos. O ano de 2020 mudou o mundo, as crenças mudaram, as certezas mudaram. Estamos num momento de viragem, sem ninguém conseguir prever o que nos espera.

Como mencionam Naidoo, R. e Fisher, B. (2020, p.198) *“As coisas eram diferentes em 2015, quando as Nações Unidas adotaram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para melhorar a vida das pessoas e do mundo natural até 2030. Foi sem dúvida um dos melhores momentos da humanidade - o planeta todo uniu-se. Os governos acordaram tratados ambiciosos, Cinco anos depois, ..., esse clima de otimismo desvaneceu-se. ... O sucesso dos ODS dependia de duas grandes premissas: crescimento económico sustentado e globalização, mas o COVID-19 destruiu-os.”*

Se até ao início de 2020 se escrevia de uma forma, desde então, tudo mudou, em poucos meses foi entendido por todos, ou pela maioria, que ainda havia um longo caminho pela frente. Leal Filho, W., Brandli, L. L., Lange Salvia, A., Rayman-Bacchus, L., e Platje, J. (2020, p. 5), defendem que *“a pandemia representa uma ameaça para desenvolvimento*

sustentável. ... pode pôr em risco a implementação dos ... (ODS), que deverão ser alcançados até 2030. Estes impactos são negativos para os países ricos, por isso são suscetíveis de serem sentidos com mais afincos nas nações em desenvolvimento, que não têm a capacidade ou os recursos para lidar com os muitos desafios económicos e sociais infligidos pela doença.”

Começamos a perceber que dificilmente os ODS serão cumpridos até 2030 e que este novo ciclo irá pôr em causa a tão ambicionada sustentabilidade, percorremos um longo caminho até aqui e 2020 travou este processo, deixando essa meta cada vez mais longe. Aquilo que até há pouco tempo atrás era uma promessa de um mundo melhor e uma união de povos, transformou-se numa réstia de esperança e talvez um caminho novo a percorrer por todos, principalmente pelos países em desenvolvimento, que na sua maioria são os mais ricos a nível natural. Neste sentido, Barbier, EB e Burgess, JC (2020, p. 3), defendem que *“A pandemia COVID-19 está a causar um crescente fardo financeiro em todos os países, a perturbar economias e a causar centenas de milhares de mortes em todo o mundo. Economias com receitas baixas e médias, irão sofrer adicionalmente com a falta de disponibilidade de financiamento internacional capaz de alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).”*

Nesta fase crítica compete aos Municípios ter um papel central e crucial na proteção dos habitantes, através da garantia do fornecimento de serviços básicos, bem como a resposta às necessidades críticas (como fornecimento de comida e serviços sociais), solidariedade, apoio económico e proteção dos direitos humanos. Não podemos deixar de enaltecer o esforço que tem sido feito, surgiram respostas políticas inovadoras, lideradas pelos Municípios e que, a longo prazo, podem ser consolidadas nas estratégias locais, que poderão ser necessárias para o cumprimento dos ODS, assim como, podem servir para enfrentar as crises futuras. Verificou-se também uma forte estratégia de cooperação entre planos de desenvolvimento nacional e poder local. Poderia ser o primeiro passo para os governos centrais e locais consolidarem esforços e definirem suporte técnico e financiamento adequados para implementar nos planos locais e nacionais os ODS. Este fortalecimento de sinergias entre os planos locais e nacionais será essencial para alcançar os ODS.

1.4 Relatórios de Sustentabilidade

Conforme já referido e face ao rumo que o planeta tomou, a ONU, criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland. Esta Comissão gerou uma declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável - o relatório Brundtland (1987), entitulado como “*Our Common Future*”. Este foi o ponto de partida para o conceito de desenvolvimento sustentável, e consequentemente, para os Relatórios de Sustentabilidade.

Os Relatórios de Sustentabilidade, têm como objetivo a divulgação e a prestação de contas não financeiras do desempenho e desenvolvimento sustentável, refletindo os indicadores sociais, económicos e ambientais. A função deste relatório é divulgar aos *stakeholders* internos e externos a estratégia, políticas e práticas das entidades, bem como os resultados alcançados e quais as metas para o futuro.

A Diretiva 2014/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE, e que estabelece quais as divulgações de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos, foi transposta para Portugal através do Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de Julho⁶.

De acordo com o Decreto-Lei referido, a responsabilidade social das empresas, contribui para a análise do desempenho das empresas e do seu impacto na sociedade, para a identificação dos riscos de sustentabilidade das mesmas e para o reforço da confiança dos investidores e dos consumidores.

Em Portugal, através da alteração ao Código das Sociedades Comerciais (CSC), esta divulgação de informação não financeira, passou a ser obrigatória para as grandes empresas e as empresas-mãe de um grande grupo, que tenham o estatuto legal de entidades de interesse público e que tenham em média mais de 500 trabalhadores.

O modelo de Relatório de Sustentabilidade mais utilizado, é o modelo fornecido e orientado pela GRI – Global Reporting Initiative. A GRI⁷ existe desde em 1997 e tem

⁶ Informação disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/89/2017/07/28/p/dre/pt/html>, consultada em 14/01/2021 às 14h15.

⁷ Informação disponível em <https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/> (consultada em 14/01/2021, às 16h)

como objetivo fornecer diretrizes para estabelecer os padrões globais de relatórios de sustentabilidade – os Padrões GRI.

No entanto, não existe um modelo obrigatório de Relatório de Sustentabilidade, existem várias empresas que entregam o relatório num formato voluntário. Usmani, M., Davison, J., e Napier, C. J. (2020, p. 21), analisaram a produção autónoma de alguns desses relatórios, que dizem permitir ver a *“legitimidade e a estupidez funcional”* mais claramente. Referem que os relatórios podem ser manipulados para cumprir a estratégia de relatórios do CEO de ficar à frente dos concorrentes e ser reconhecido como bom executor de sustentabilidade, uma vez que última palavra é sempre do CEO. No estudo, os autores concluem que o departamento da contabilidade geralmente não está envolvido no relatório, apenas verifica os custos associados à produção dos relatórios! As pessoas que elaboram os relatórios, têm a noção que o desenvolvimento sustentável é crucial para o sucesso financeiro corporativo, então comunicam uma história ambiental e social positiva. Usmani, M., *et al* (2020, pp. 23-24), referem, *“A preparação do relatório autónomo de sustentabilidade é impulsionada por uma necessidade simbólica de manipulação tanto quanto um desejo de fornecer informações ambientais e sociais substantivas. ... uma vez que o fracasso do CEO em fazer isso terá consequências financeiras e de carreira.”* Pressões internas e externas irão influenciar a tomada de decisão dos CEOs, bem como dos gestores do relatório. Sem regras e sem segregação de funções, não será fácil constatar a veracidade dos relatórios autónomos de sustentabilidade.

Neste contexto e com as regras enunciadas, os relatórios de sustentabilidade, tanto os autónomos como os do modelo GRI, poderão não ser uma cópia fiel da informação não financeira. Higgins, C., Tang, S., e Stubbs, W. (2020, p. 396), verificaram que a *“hipocrisia organizacional”* é claramente um problema significativo nos relatórios de sustentabilidade. Divulgações falsas e enganosas podem fazer com que as partes interessadas sofram as consequências e pode levar os gestores a serem encurralados devido às expectativas dos clientes ou denúncias dos concorrentes.

Temos um exemplo muito conhecido no mundo de como contornar os dados da informação não financeira, a Volkswagen, que era conhecida como uma marca de qualidade de viaturas, mas após enganar o governo dos EUA e o mundo, em relação à conformidade com padrões de emissão de gases nocivos ao ambiente, não só omitindo,

como ludibriando os dados dos gases emitidos por algumas viaturas, vão continuar a ser conhecidos, mas como uma empresa global que intencional e conscientemente manipulou o software das suas viaturas para falsificar dados. Ora, Cavico, F. J., e Mujtaba, B. G. (2016), reforçam a honestidade e ética que era suposto existir no local de trabalho, bem como as consequências da manipulação de dados. Referem que não só manipularam as viaturas, como os dados lançados nos relatórios de sustentabilidade relativamente à proteção ambiental. Neste exemplo é visível a vulnerabilidade dos dados dos relatórios de sustentabilidade que, com provas (ainda que falsas), podem ser uma bandeira içada na porta da frente escondendo e tapando a visibilidade para a realidade.

Outras questões se levantam, e Tsalis, T. A., Malamateniou, K. E., Koulouriotis, D., e Nikolaou, I. E. (2020), citam Aerts e Cormier, (2009) e Brammer e Pavelin, (2008), sobre o facto de alguns relatórios corporativos apenas se focarem na divulgação de questões ambientais, enquanto outros apenas enfatizam a dimensão social. Considerando os desafios levantados pelo lançamento da Agenda 2030, Tsalis, T. A., *et. al.*, (2020) elaboraram um artigo sobre a análise a algumas empresas gregas e onde sugerem uma estrutura de avaliação para os relatórios de sustentabilidade, em relação aos 17 ODS. Referem que há diferenças evidentes nas divulgações, ou seja, as empresas fornecem mais informações sobre suas ações em questões relacionadas às estratégias das empresas para reduções de energia e o uso de energia renovável (ODS 7), investimentos em infraestruturas e inovação (ODS 9), ações de combate às mudanças climáticas e estratégias das empresas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (ODS 13). No entanto, Tsalis, T. A. *et.al.*, (2020) realçam que os relatórios de sustentabilidade examinados não conseguem informar totalmente as partes interessadas sobre as políticas corporativas de eliminação de incidentes de corrupção e ações para proteger os direitos humanos (ODS 16). Concluem assim que os relatórios de sustentabilidade corporativa analisados não são preparados para divulgar os ODS 17, no entanto, poderá existir divulgação por outras vias, nomeadamente, pelos sites.

Apesar de todos os fatores menos positivos apontados, queremos reforçar que a divulgação da informação é imprescindível para que uma organização seja considerada transparente, e reforce a legitimidade na sua comunidade.

2 Sustentabilidade Local

Já existem várias cidades e vilas no mundo com preocupações ambientais, sociais e económicas. É um caminho que tem de ser percorrido por todos, com o objetivo comum da sustentabilidade global.

2.1 Sustentabilidade nas Cidades

Construir cidades sustentáveis requer intervenções a nível do desenvolvimento do capital humano e da economia do conhecimento, assim como da proteção do ambiente, segundo Sodiq, A., Baloch, A. A., Khan, S. A., Sezer, N., Mahmoud, S., Jama, M., e Abdelaal, A. (2019). Em 2019, existiam cerca de 400 grandes cidades e 23 mega cidades no mundo, com cerca de 1 milhão e 10 milhões de habitantes, respetivamente. As cidades ocupam cerca de 2% da superfície terrestre, no entanto, consomem 60 e 80% da energia global. Neste contexto e de acordo com Sodiq, A. et al. (2019), as campanhas de sustentabilidade, deveriam ter impacto nas cidades devido à grande população e devido à gestão das cidades futuras de forma sustentável, o que irá mudar a economia para economia circular, criando círculos internos de produção de energia, materiais, emissão de carbono, resíduos sólidos e energia renovável. No final, as cidades futuras terão a capacidade de controlar a emissão de carbono para a natureza, criar ciclos de água, criar formas de energia renovável, recuperar e reutilizar os próprios recursos, o que, na opinião de Sodiq, A. et al. (2019), é mais importante do que a condição atual de sustentabilidade que coloca muita ênfase na reciclagem.

Macke, J., Sarate, J. A. R., e de Atayde Moschen, S. (2019), identificaram um fator primordial para as cidades se tornarem sustentáveis. Este fator, consiste na ênfase nos serviços e instalações públicas, naquilo a que se refere às estruturas tangíveis para promover uma vida boa, habitabilidade e inclusão social. Estas estruturas são as que estão relacionadas a aspetos culturais e instalações desportivas, espaços verdes e públicos, transportes públicos e às condições dos edifícios e das ruas e a todas as estruturas apoiadas pelo governo. Daqui se depreende que o fator mais representativo para uma cidade inteligente e sustentável está diretamente relacionada com o apoio do governo e dos Municípios. Neste contexto, os autores entendem que as cidades de países em desenvolvimento têm os serviços e instalações públicas como um dos

problemas mais desafiadores, assim como a falta de capacidade institucional das cidades para gerirem o fenómeno do crescimento da população.

Um artigo elaborado por Yigitcanlar, T., Kamruzzaman, M., Foth, M., Sabatini-Marques, J., da Costa, E., e Ioppolo, G. (2019), estudou se as cidades poderiam tornar-se inteligentes sem realmente serem sustentáveis e a conclusão foi óbvia: Não, não podem! Ainda não está claro o que as cidades inteligentes podem oferecer como soluções para os desafios ambientais globais. Assim como, as cidades não devem depender predominantemente da tecnologia para alcançar resultados sustentáveis. As soluções de tecnologia, ideia base das cidades inteligentes, são necessárias para apoiar os sistemas e os processos que permitam às cidades alcançar um desenvolvimento urbano sustentável. Yigitcanlar, T. et al., (2019), entendem que o termo “inteligência” está além da inteligência tecnológica, inclui a inteligência dos líderes urbanos, dos formuladores de políticas, dos tecnocratas e dos residentes, junto com a inteligência das políticas desenvolvidas a nível local e nacional e assim as ações postas em prática, são mais eficazes.

Pauzuoliene, J., e Mauriciene, I. (2013, p. 148), defendem que o principal objetivo das instituições públicas é a satisfação dos interesses públicos e que a “*responsabilidade social deve ser vista como uma forma de conduzir negócios que possibilitem a criação e distribuição de riqueza para o aperfeiçoamento dos seus stakeholders por meio da implementação e integração de sistemas éticos e práticas de gestão sustentável*”. Os interesses públicos são realizados através da prestação de serviços por parte das instituições públicas e por esse motivo, é essencial a qualidade desse mesmo serviço, uma vez que é a forma direta de satisfação das necessidades. Para melhorar o serviço público, de acordo com Pauzuoliene, J., e Mauriciene, I. (2013), deveriam ser realizadas pesquisas aos munícipes para perceber o nível de satisfação, na tentativa de aperfeiçoamento dos serviços. A publicidade e a transparência são duas das principais prioridades da responsabilidade social das instituições públicas, portanto, as instituições devem divulgar informações sobre as questões-chave relacionadas à responsabilidade social e responsabilidade ambiental, indicando o impacto das atividades da instituição sobre a sociedade e sobre o meio ambiente.

Neste sentido, pareceu-nos interessante verificar alguns estudos sobre cidades sustentáveis para compreender o que os torna diferentes e como conseguiram alcançar e

manter o objetivo. Pareceu-nos que os bons exemplos, devem ser enaltecidos e seguidos. Assim, apresentamos quatro casos de estudos feitos pelos autores identificados em cada um. Os casos escolhidos como exemplo, foram os casos de uma cidade na Lituânia, na República Checa, na Turquia e na Finlândia.

2.1.1 – Caso da Lituânia

Pauzuoliene, J., e Mauriciene, I. (2013), efetuaram um estudo que consistiu em entrevistas aos munícipes, bem como aos funcionários do Município de Klaipėda⁸, Lituânia. Após a análise dos resultados, concluíram que o Município demonstra o melhor exemplo para promoção e implementação de desenvolvimento sustentável. Neste estudo, conclui-se que o Município apoia a parte mais pobre da população, garante as condições de trabalho iguais e seguras, promove o comportamento ético na instituição e fora dela, eleva a qualificação dos funcionários e responde às necessidades da sociedade. Continuam explicando que o Município tem regras contra a corrupção, aumentando assim a transparência da instituição nas relações com stakeholders externos. Em relação à responsabilidade social, nas aquisições externas possuem regras transparentes e responsáveis, que incluem a seleção de fornecedores de bens e serviços com requisitos ambientais e sociais, assim como têm implementado um sistema de gestão socialmente responsável e apresentam o relatório de responsabilidade social e ambiental. Tudo isso leva a uma maior confiança do público neste Município de Klaipėda. O estudo não deixou dúvidas relativamente ao facto deste Município contribuir para a implementação da responsabilidade como orientação para a melhor satisfação possível das necessidades da população e outras pessoas interessadas, fornecendo serviços de alta qualidade, resolvendo objetivamente as reclamações dos

⁸ Klaipėda é uma cidade portuária da Lituânia. Fica situada num canal estreito pelo qual a Lagoa Curónica e o Rio Neman desaguardam no Mar Báltico. Ao lado existe uma fortaleza construída no início do século XIII. Em 1252 esta fortaleza foi conquistada e destruída pelos Cavaleiros Teutónicos, que construíram uma nova fortaleza chamada Memelburg. A cidade, passou assim a chamar-se Memel, e o território limítrofe foi conquistado pelos alemães, passando a fazer parte da província Prússia Oriental. Em 1923 Memel foi dado à Lituânia e renomeado Klaipėda. O porto expandiu-se consideravelmente e foi palco da maior parte do comércio exterior da Lituânia. Cedido de volta à Alemanha em 1939, passou para a URSS de 1945 a 1991, quando a Lituânia se tornou independente. Klaipėda tem atualmente, grandes estaleiros de construção naval e de reparos especializados em arrastões e docas flutuantes. É a base de uma grande frota de pesca em alto mar e tem uma fábrica de peixes. Outras indústrias incluindo têxteis de algodão, fábricas de papel e celulose, trabalho de madeira e produção de peças de rádio e telefonia, bem como de jóias âmbar. Klaipėda tornou-se um destino turístico cada vez mais popular em virtude de sua proximidade com as praias de areia branca da costa do Báltico. Informação retirada no site Klaipėda | Lithuania | Britannica e Klaipėdos miesto savivaldybė (klaipeda.lt). (consultado em 01/03/2021, às 16h).

residentes e criando confiança acrescida na instituição, assim como, protegendo o meio ambiente reduzindo qualquer impacto negativo, lutando contra o suborno e outras formas de corrupção, garantindo a igualdade de direitos, estimulando a responsabilidade dos funcionários para com a sociedade e implementando a transparência.

Por curiosidade foi feita uma pesquisa no site deste Município ([Klaipeda city municipality](#)) onde se verificou a preocupação com os residentes, o fácil acesso a informação útil, a desburocratização dos assuntos simples do “dia a dia”, a importância dada à opinião e reclamação dos residentes, bem como a transparência nos assuntos relacionados com o executivo, nomeadamente o acesso a toda a informação (inclusive à agenda política) do presidente e vice presidente e aos vencimentos e gratificações aos funcionários. Na nossa opinião, é visível a importância dada aos residentes em detrimento à exposição política geralmente espelhada nos sites autárquicos.

2.1.2 – Caso da República Checa

Também, como exemplo, de cidades sustentáveis, temos o estudo que elaboraram Tetreova, L., e Jelinkova, M. (2019), sobre as práticas socialmente responsáveis aplicadas em 25 cidades da República Checa. Analisaram e avaliaram a estrutura das atividades socialmente responsáveis realizadas e a divulgação das mesmas. Deste estudo relativamente à divulgação da responsabilidade económica, ambiental, ética, social e filantrópica, que, de acordo com os autores, trata-se de atividades que contribuem para o desenvolvimento de relações positivas com todos os stakeholders e que levam ao apoio da qualidade de vida dos munícipes em áreas que não são habituais nem expectáveis, e após a pesquisa às 25 cidades, resultaram nas seguintes conclusões sobre as responsabilidades divulgadas nos relatórios dos Municípios:

Sobre a responsabilidade económica, 93% dos Municípios garante a transparência e abertura, 87% divulga os cuidados com a qualidade dos serviços públicos, criação e implementação das inovações, todos os Municípios divulgam o fornecimento das relações com cidadãos, empresas e com os investidores, o desenvolvimento de relações com instituições públicas e adesão em associações e as parcerias com instituições de ensino.

Relativamente à responsabilidade ambiental, o estudo revelou que 100% dos Municípios divulga informação sobre economia de energia e outros recursos, a minimização de resíduos e suporte para reciclagem e a prevenção e correção de impactos ambientais negativos, 93% admite ter iniciativas encorajadoras que promovem uma abordagem responsável pelo meio ambiente e 73% apoia a preservação de recursos e biodiversidade.

Sobre a responsabilidade social, todos os Municípios estudados admitem ter condições de saúde e segurança no trabalho, um ambiente de trabalho de alta qualidade, cuidados com a educação e desenvolvimento dos colaboradores, medidas aplicadas que eliminam qualquer forma de discriminação no trabalho e têm implementado um processo de alta qualidade de recrutamento de funcionários e desempregados. 93%, assegura a liberdade de criação de associações e sindicatos, envolve os colaboradores no processo de tomada de decisões, tem dias de atendimento aos funcionários, garante o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal e garante uma cultura organizacional saudável, 87% tem ações para combater o assédio moral.

Os autores além da responsabilidade económica, ambiental e social, incluem também a responsabilidade ética e filantrópica no caminho da sustentabilidade, assim, sobre a responsabilidade ética, verificaram que 87% dos Municípios têm código de ética, 67%, consideram ter educação e capacidade por parte dos colaboradores para atuar de forma ética, 20% tem uma linha telefónica direta para denúncias, 13% apresenta relatório e auditoria ética e nenhum Município tem criado um comité de ética, nem nenhum local onde apresentar queixas. Sobre a responsabilidade filantrópica, 100% dos Municípios colabora com organizações sem fins lucrativos, 80% faz doações e patrocínios, 73% admite ser proprietário ou administrador de coleções de arte ou outros acervos que apoiem a preservação do património cultural. 67% apoia as atividades de doações entre funcionários e 47% faz serviço de voluntariado.

Perante estes resultados, Tetreanova, L., e Jelinkova, M. (2019), concluem que é notório no estudo realizado, que as cidades da República Checa têm uma abordagem ativa na divulgação da aplicação das Responsabilidades Municipais. Em média, os municípios divulgam 80% das atividades avaliadas. No que diz respeito aos campos individuais da Responsabilidade Social Municipal, as cidades comunicam as atividades avaliadas em maior escala nos campos económico, social e ambiental. Nos dois primeiros casos

(económico e social), trata-se de atividades voltadas essencialmente para os principais públicos dos municípios, em especial cidadãos e funcionários da autarquia municipal. Um campo especialmente negligenciado, é o campo da responsabilidade ética. Os autores entendem que o principal motivo para a divulgação das atividades de Responsabilidade Social e Ambiental Municipal, não é o impacto social, nem ambiental, mas sim a maior satisfação das exigências dos cidadãos, aumentando a atratividade e o desempenho económico do município e consequentemente, melhorando a reputação deste. Esses aspectos, posteriormente, levam ao sucesso da representação política, que é o principal objetivo da divulgação das atividades de Responsabilidade Municipal, e à reeleição dessa representação política. Apenas no campo da responsabilidade económica foi verificado que as cidades estudadas, da República Checa, realizam e comunicam as atividades desta Responsabilidade Municipal nos sites. Em todas as outras áreas, é alcançado um nível de comunicação nos sites mais baixo.

Aqui se pode concluir que, embora se revelem cuidados com preocupações sociais, económicas e ambientais, fundamentais para o desenvolvimento da sustentabilidade, de acordo com este estudo, estes cuidados têm apenas objetivos económicos e consequentemente políticos, negligenciando assim o objetivo fundamental da sustentabilidade, bem como todos os objetivos impostos pela ONU.

É de salientar que Praga, na República Checa, é considerada, segundo o site [Comparing cities \(arcadis.com\)](https://www.arcadis.com/en/cities-comparison/) (consultado em 29/03/2021, às 15h15), como a 9º cidade mais sustentável do mundo.

2.1.3 – Caso da Turquia

Também como caso de sucesso na sustentabilidade, temos o caso de alguns Municípios na Turquia. E entenda-se que este sucesso é aplicado à realidade de cada país. O aumento da população e migração na Turquia, e consequentemente as preocupações sobre sustentabilidade urbana, levou Kara, Y. (2019), a efetuar um estudo, onde compara a sustentabilidade nos 81 condados da Turquia, tendo em conta três componentes: a sustentabilidade económica, ambiental e social. Os resultados da análise mostraram que as províncias, como Eskişehir, Çanakkale, Bursa, İzmir, Bilecik, Giresun, Edirne, AnKara, Rize e Manisa foram consideradas mais sustentáveis. Por

outro lado, Diyarbakir, Mardin, Muş, Kars, Bitlis, Yozgat, Sanliurfa, Van e Batman foram consideradas províncias menos sustentáveis (Imagem 2).

Imagem 2 – Mapa da Turquia



Fonte: *Estudo comparativo da sustentabilidade nas provincias da Turquia (25-1762352x9.png (803x359) (scirp.org))*

Kara, Y. (2019), refere que em termos de sustentabilidade, o estudo revela que o meio ambiente é a principal preocupação em detrimento das responsabilidades sociais e económicas da sustentabilidade. A gestão de água e saneamento é considerada como o fator mais importante para garantir a sustentabilidade ambiental. Em termos de sustentabilidade económica, os pesos dados aos indicadores revelam que o nível de rendimento e a capacidade de investimento das cidades são os indicadores mais importantes. A nível de sustentabilidade social, a segurança nas cidades e a saúde são indicadores essenciais para alcançar esta meta nas áreas urbanas. A autora deixa ainda propostas de melhoria, nomeadamente, as medidas a serem tomadas pelos governos central e local que deveriam contribuir para a sustentabilidade urbana como um todo, e a consciencialização sobre a sustentabilidade deveria ser criada para os moradores urbanos. Assim, os moradores poderiam intervir nos projetos governamentais de sustentabilidade e decisões dos municípios.

Neste artigo, é compreensível que a Turquia ainda está aquém do esperado a nível mundial, no entanto, tendo em conta a própria realidade, algumas das regiões estudadas são um caso de sucesso dentro do próprio país. Não podendo deixar de salientar que em algumas cidades ainda se nota a falta de serviços básicos, como a água potável e o saneamento, não sendo possível atingir o nível mínimo de sustentabilidade numa zona sem estes serviços. Pelas sugestões de melhoria da autora do artigo, também nos parece que existe uma falta de apoio dos governos locais, talvez por ainda existirem problemas maiores e mais essenciais nestas zonas. Aqui também podemos concluir que o mundo não pode ser comparado, existindo muitos níveis diferentes de desenvolvimento e

muitas crises por resolver antes de ser possível atingir metas de objetivos de desenvolvimento sustentável. Ainda assim, entendemos que deveríamos enaltecer o esforço de um país que, apesar da sua escassez de meios, tem preocupações a nível da sustentabilidade e já atingiu algumas metas.

2.1.4 – Caso de Espanha

Aqui ao nosso lado, em Espanha, foram estudadas 31 cidades por Rama, M., González-García, S., Andrade, E., Moreira, M. T., e Feijoo, G. (2020), relativamente à dimensão da sustentabilidade em escala local. Os resultados mostram que das 31 cidades estudadas, 13 foram identificadas como sustentáveis, as cidades localizadas no norte do país obtêm melhores resultados a nível de sustentabilidade do que as localizadas a sul. Rama, M. *et al.* (2020), justificam esta diferença pelos fatores económicos, como por exemplo, taxas de desemprego mais altas no sul do país e pelas questões sociais derivadas dos fatores económicos, como por exemplo, a consequência taxa de pobreza associada.

Comparando com o estudo anterior, é notória a diferença, neste caso de Espanha, a realidade já é outra, comparando com a Turquia. Existem já cidades consideradas sustentáveis. Espanha é um país considerado desenvolvido, já seria de esperar estar num patamar superior. Mesmo as cidades que neste estudo foram consideradas menos sustentáveis, serão mais sustentáveis que várias em países em desenvolvimento. Realidades diferentes, como se se tratasse de mundos diferentes.

Além de cidades sustentáveis, Espanha, também tem cidades inteligentes, conforme iremos referir mais à frente.

2.1.5 - Caso da Finlândia

Achamos também interessante este artigo no sentido em que faz uma alusão às cidades sustentáveis e ao mesmo tempo às cidades inteligentes. Ahvenniemi, H., e Huovila, A. (2020), estudaram o caso das seis maiores cidades da Finlândia - Tampere, Espoo, Vantaa, Oulu, Turku e Helsinkia. Esta escolha deveu-se ao facto destas cidades fazerem

parte da 6Aika⁹, um programa de estratégia conjunta para o desenvolvimento urbano sustentável, visando as “smart cities” e cidades inerentemente centradas no homem. Os autores referem que as definições dos conceitos de cidades inteligentes e cidades sustentáveis ainda são ambíguas e ainda estão a ser estudadas, não havendo ainda uma distinção clara e objetiva.

Assim, Ahvenniemi, H., e Huovila, A. (2020), estudaram os diferentes objetivos de sustentabilidade, e também os aspectos de cidade inteligente nas estratégias das seis maiores cidades finlandesas. Neste seguimento observaram que, em primeiro lugar, os setores de Governo, Economia e Finanças são os setores mais enfatizados nas estratégias da cidade, enquanto apenas alguns objetivos relacionados à energia são mencionados. Em relação às dimensões da sustentabilidade, grande parte dos objetivos estão relacionados à sustentabilidade social. A sustentabilidade económica é amplamente abordada, enquanto os objetivos referentes à sustentabilidade ambiental são muito mais raros. Em relação a esta baixa participação das metas ambientais nas estratégias da cidade, é importante notar que cada cidade publicou uma estratégia climática separada, onde indicam os meios para alcançar suas metas de redução de carbono. Outra descoberta interessante dos autores foi que, embora estas cidades participem na rede 6Aika, ou seja, todas as cidades estudadas declararam que os seus objetivos são objetivos inteligentes, as metas de inteligência não são amplamente abordadas nas estratégias. Assim como, menos de um terço dos objetivos identificados incluíam um elemento de inteligência. O estudo revela que as tecnologias da informação foram amplamente abordadas como um aspecto de cidade inteligente, mas raramente se sobrepõe às dimensões da sustentabilidade (abordando principalmente a dimensão da sustentabilidade ambiental). Embora todas as cidades declarem metas quanto à informatização de serviços ou aumento da disponibilidade de dados, não foram evidentes ou pelo menos não foram apresentadas nas estratégias. Algumas das metas que abordam um aspecto de inteligência relacionado à tecnologia da informação e comunicação são apresentadas isoladamente e nem sempre enfatizam alguma das

⁹ 6Aika é uma estratégia conjunta das seis maiores cidades da Finlândia – Helsinque, Espoo, Tampere, Vantaa, Oulu e Turku – com o objetivo de desenvolver serviços mais abertos e inteligentes. O objetivo é criar novos know-how, negócios e empregos na Finlândia. O projeto foi elaborado para fortalecer a aprendizagem, bem como a inteligência nos serviços relacionados a ambientes físicos e virtuais de aprendizagem, oportunidades de negócios para empresas que desenvolvem produtos e tecnologias (6-Time: Future Smart Learning Environments 2020). O bem-estar e a cooperação enriquecedora em ambientes de aprendizagem com empresas e instituições de ensino, bem como a utilização de dados abertos também foram prioridades do subprojeto. Informação disponível em [Toisia todellisuuksia-tulevaisuuden oppiminen julkaisu \(theseus.fi\)](https://toisia.todellisuuksia-tulevaisuuden-oppiminen.julkaisu.theseus.fi) (consultada em 05/03/2021, às 10h30).

dimensões da sustentabilidade. No entanto, estas tecnologias da informação e comunicação foram consideradas apenas como um dos aspectos de inteligência, e ao visualizar inteligência num sentido mais amplo, incluindo também o envolvimento do cidadão, o desenvolvimento do capital social e a promoção do empreendedorismo, a presença de objetivos relacionados à inteligência foi maior. O estudo revela ainda que os aspectos de cidade inteligente estavam relacionados com uma ampla gama de setores, incluindo também governo e educação, e também às dimensões da sustentabilidade, em particular à sustentabilidade social. Concluem ainda que, embora tenham adotado uma abordagem mais ampla em relação à definição de cidade inteligente, é no entanto evidente que o conceito não cobre todas as dimensões da sustentabilidade, e portanto, não recomendam descartar o conceito de cidade sustentável.

Neste estudo, parece-nos que é revelado o nível de desenvolvimento deste país, nunca descartando a sustentabilidade em prol do avanço tecnológico e das “modernas cidades inteligentes”, revelando assim o verdadeiro sentido de desenvolvimento sustentável.

2.2 Cidades Inteligentes “Smart Cities”

Em 1998, Blassingame, L. (1998), revelava a sua preocupação com o fenómeno da crescente população nos centros urbanos. Dizia que as cidades e vilas não estariam preparadas para receber tanta população. Bem como a forma como os centros urbanos foram projetados, administrados e utilizados, iriam mudar devido a duas novas tendências. Uma tendência seria o rápido aumento do número de pessoas e a falta de infraestruturas e a outra tendência, envolveria uma crescente consciência da ameaça à sustentabilidade do ambiente natural do planeta. Para Lindskog, H. (2004), esta migração, levou o mundo a tentar encontrar alternativas devido à falta de recursos nas cidades para albergar tanta população. Neste contexto surgiu a ideia das cidades inteligentes pelo *California Institute for Smart Communities*, que foi das primeiras entidades a estudar e a tentar transformar as comunidades em cidades inteligentes, através do englobamento das tecnologias da informação, e não apenas as infraestruturas, elaborando assim o *Smart Communities Guidebook*¹⁰ (1997).

¹⁰ [Smart Communities Guidebook: Building Smart Communities, how California's ... - Google Livros](#)

Alawadhi, S., Aldama-Nalda, A., Chourabi, H., Gil-Garcia, J. R., Leung, S., Mellouli, S., ... e Walker, S., (2012) entendem que os objetivos das cidades inteligentes passam pelo desenvolvimento de infraestruturas de informação e comunicação, redes elétricas inteligentes, controlo de tráfego e direção inteligente, bem como a criação de condições para uma vida e cidade sustentável, preservando e protegendo o ambiente natural. Mais recentemente Bibri, SE, e Krogstie, J. (2020), definiram as cidades e comunidades inteligentes como sendo as arenas mais importantes para as transições da sustentabilidade num ambiente cada vez mais urbanizado e entendem que este tipo de cidade tem um grande potencial para contribuir significativamente para as transformações sociais ao unir as agendas do desenvolvimento sustentável e a inovação tecnológica. Apesar de se prever um futuro promissor a nível tecnológico, Bibri, SE, e Krogstie, J. (2020) temem o futuro destas cidades inteligentes, levantando algumas dúvidas sobre a forma como se irão reconfigurar de forma sustentável devido às questões provocadas pelo crescimento repentino da população nos centros urbanos, prevendo um grande desafio pela frente, nomeadamente, para o governo local. Entendem que esta avalanche poderá colocar muita pressão não só nos sistemas urbanos, bem como nos ecossistemas. Estas tecnologias de *big data*, enriquecem a informação e consequentemente, oferecem novas oportunidades para uma tomada de decisão pelo Governo Local. Entendem, Bibri, SE, e Krogstie, J. (2020) que esta nova tecnologia será sempre uma vantagem em relação ao conhecimento de como monitorar, compreender, analisar e planear cidades mais sustentáveis. Se esses desenvolvimentos serão para a vantagem ou desvantagem coletiva, ainda não se sabe, pois há, sem dúvida, um lado negro em todos os desenvolvimentos tecnológicos.

As cidades inteligentes passaram a estar em evidência, começaram a ser alvo de estudos. Em 2020, Bibri, S.E., e Krogstie, J. (2020), fazem o estudo das cidades de Londres e Barcelona, que nas suas opiniões, são vistas como iniciativas práticas exemplares em cidades inteligentes baseadas em dados de escalas nacionais, europeias e globais e pertencem ao ranking dos 50 melhores governos de cidades inteligentes do mundo, de acordo com o *Eden Strategy Institute (2018/2019)*¹¹ que classifica os governos de Londres e Barcelona como os líderes da Europa. Em 2010, estas foram as primeiras cidades europeias a implementar tecnologias inteligentes, baseadas em dados,

¹¹ [Top 50 Smart City Governments \(smartcitygovt.com\)](https://www.smartcitygovt.com)

para melhorar seus serviços. Investiram em infraestruturas de tecnologias, incluindo uma extensa rede de sensores de IoT – Internet of Things¹², que recebem dados sobre transporte, energia, meio ambiente, segurança, saúde, etc., com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. As cidades inteligentes estão cada vez mais a aderir às tecnologias de *big data* e às novas aplicações, especialmente aquelas relacionadas e habilitadas pela IoT – Internet of Things. No estudo revelam que as duas cidades diferem no transporte, tráfego e mobilidade, em Londres existem sensores embutidos nos semáforos que gere os sinais de trânsito em Barcelona, os transportes públicos são monitorizados por Sistema de Posicionamento Global e têm um sistema inteligente de semáforos que dá prioridade aos transportes públicos coletivos e transportes urgentes. O objetivo de ambos é o desenvolvimento no domínio da tecnologia de transporte na direção da automatização da gestão em tempo real (ou seja, semáforos inteligentes, estacionamento inteligente, alertas automáticos de tráfego, etc.).

Já a rede de transportes públicos em ambas as cidades é idêntica e é baseada num esquema de rede ortogonal, que promove a intermodalidade, colocando estrategicamente paragens de transportes públicos que permitam a conexão entre todos. Esta rede está construída por forma a que todos os habitantes possam chegar a qualquer ponto da cidade sem trocar de transportes públicos mais de uma vez.

Outro exemplo destas cidades inteligentes é o sistema de estacionamento inteligente. Este sistema permite reduzir o trânsito e ajuda os motoristas a encontrar vagas de estacionamento, diminui o congestionamento e torna as ruas mais seguras. A nível de iluminação pública, que geralmente é um dos maiores custos das Câmaras Municipais, em relação a Barcelona, a iluminação inteligente consiste em que, as luzes da rua são alimentadas pela tecnologia LED eficiente em termos de energia e usam sensores para detetar quando as luzes são necessárias (por exemplo, acesas quando alguém está

¹² A Internet das Coisas, também conhecida pelo acrónimo IoT, compreende todos os aparelhos e objetos que se encontram habilitados a estarem permanentemente ligados à Internet, sendo capazes de se identificar na rede e de comunicar entre si. Podem ter o seu estado alterado através daquele meio, com ou sem o envolvimento ativo do ser humano e têm capacidade para recolher uma vasta quantidade de informação sobre os que o rodeia. A Internet Society define o IoT em sentido amplo como "a extensão da conectividade de rede e capacidade de computação para objetos, dispositivos, sensores e outros artefactos que normalmente não são considerados computadores". Veículos, luzes de trânsito, eletrodomésticos, câmaras de vigilância, detetores de condições ambientais, sensores de presença, e dispositivos médicos são apenas alguns exemplos do que já hoje existe no universo IoT. O objetivo (benigno) de todos estes dispositivos e sobretudo da grande quantidade de dados resultantes da respetiva interação através da Internet, é que o processamento resultante seja efetuado de forma a que, por exemplo, se evitem engarrafamentos de trânsito, se antecipe atempadamente uma doença fatal num doente ou um incidente num edifício, se utilize de forma mais eficiente a energia, para dar apenas alguns exemplos. *A Internet das Coisas (IoT – Internet of Things)* » Centro Nacional de Cibersegurança (cnacs.gov.pt), consultado em 21/01/2021, às 09h25

presente), economizando energia e reduzindo o calor gerado pelas lâmpadas antigas. Além disso, incluem sensores que detectam alterações nos níveis de temperatura e poluição e são usados como transmissores Wi-Fi. (Por curiosidade também, uma dessas aplicações é, por exemplo, quando uma emergência é relatada em Barcelona, a rota aproximada do veículo de emergência é inserida no sistema de semáforos, definindo todas as luzes para verde à medida que o veículo se aproxima através de uma mistura de GPS e software de gestão de tráfego, permitindo que os serviços de emergência cheguem ao incidente sem demora). O sistema de recolha inteligente de resíduos em Barcelona, tem sensores ultrassónicos especiais montados nos recipientes de resíduos que permitem definir o grau de enchimento do recipiente. Ou seja, os contentores do lixo inteligentes detectam a quantidade de lixo que contêm e os trabalhadores do saneamento podem planear as rotas de recolha, reduzindo assim os custos para os Municípios e as reclamações dos cidadãos. Existe ainda em alguns contentores, a sucção dos resíduos pelo vácuo através de tubos subterrâneos, o que reduz o ruído e o congestionamento causados pelos caminhões de recolha do lixo. A energia gerada a partir da incineração de resíduos é usada para o sistema de aquecimento da cidade. A nível ambiental, Barcelona utiliza tecnologias avançadas que permitem, graças à rede Wi-Fi da cidade, o acompanhamento em tempo real da qualidade do ar. Os dados da qualidade do ar na cidade são analisados para determinar o impacto das soluções que têm sido adotadas em termos de melhoria das condições ambientais, bem como para identificar as áreas onde outras ações são necessárias. Já em relação a Londres, a qualidade do ar fica atrás de Barcelona, no entanto, a cidade pretende tornar-se uma cidade de zero carbono até 2050. Outra tecnologia implementada em Londres e Barcelona são as plataformas de *crowdsourcing*¹³, que se destina a abordar uma série de questões relacionadas a diferentes áreas da cidade, dando voz aos cidadãos.

Por fim, Bibri, S.E., e Krogstie, J. (2020) entendem que o desafio a ser resolvido no desenvolvimento de cidades inteligentes baseadas em dados e para que possam beneficiar a qualidade de vida de todos os cidadãos, é compreender que as ferramentas que moldamos também nos moldam. Nesse sentido, deverá existir uma tendência

¹³ Conjunto formado pelas contribuições ou colaborações de um grande número de pessoas para a realização de determinada tarefa ou para a obtenção de determinado resultado, geralmente através da Internet. "crowdsourcing", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/crowdsourcing> [consultado em 21-01-2021]

crecente de inserir mais cidadãos a participar na formulação de políticas por meio de novas tecnologias.

Conforme referimos anteriormente e também mostramos o exemplo da Finlândia, serão as cidades inteligentes sustentáveis? Giles-Corti, B., Lowe, M., e Arundel, J. (2020), levantaram esta questão, se as cidades inteligentes, poderiam ser também sustentáveis. Consideram que a gestão das cidades inteligentes, em cumprimento do objetivo de desenvolvimento sustentável 11 – cidades e comunidades sustentáveis, poderá por em risco outros objetivos de desenvolvimento sustentável, nomeadamente o 3 – saúde e bem-estar. O que será mais importante para cada região, dependerá sempre de quem, nesse momento, estiver no governo. Este receio fundamenta-se na ideia que o atual quadro de indicadores globais dos ODS fica aquém nas orientações para os decisores sobre as políticas e intervenções necessárias para alcançar a saúde e a sustentabilidade desejáveis, resultados especificados nos objetivos dos ODS. A estrutura da NUA - New Urban Agenda,¹⁴ tem tentativas de preencher esta lacuna para as cidades, no entanto, há inconsistências no Quadros indicadores NUA e nos ODS, o que pode causar confusão. Neste seguimento é sugerida pelos autores uma retificação a este lapso, criando uma discricionariedade que permitisse ao governo local criar as suas próprias regras e políticas, sem deixar de lado os indicadores que permitissem avaliar as cidades. Giles-Corti, et al., (2020), sugerem que deveriam ser dadas algumas orientações sobre os métodos baseados em evidências para cada um dos indicadores. Assim, os Municípios evitariam estabelecer metas muito baixas e atingir resultados indesejados, ou colocar em risco a sustentabilidade em prol das cidades inteligentes. O que também levaria a que pudessem identificar as desigualdades dentro de cada espaço e tentar corrigir. Coloca-se novamente em consideração a linha ténue entre as cidades sustentáveis e as cidades inteligentes, parecendo ainda não existir um equilíbrio.

¹⁴ A Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável terminou em Quioto, equador, com a criação da Nova Agenda Urbana - um novo quadro que estabelece como as cidades devem ser planeadas e conseguiu promover melhor a urbanização sustentável. New Urban Agenda adopted at Habitat III | UN-Habitat, [consultado em 21-01-2021].

2.3 Aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios

Os objetivos de desenvolvimento sustentável são alvo de vários estudos por parte de várias entidades de todo o mundo. Estas análises serão sempre importantes para compreender qual a realidade de cada país e dos seus municípios, sempre na expectativa de arranjar soluções para os municípios mais incapazes de cumprir com os referidos objetivos. Este tema pareceu-nos importante referir para que consigamos compreender quais os avanços e métodos de várias cidades e vilas em todo o mundo, para que possamos tirar as nossas próprias conclusões sobre a realidade, progressos, conquistas e desafios do nosso país. Neste sentido, analisamos o relatório *Towards the Localization of the ODS* do período 2016-2019. As Nações Unidas, a UCLG - United Cities and Local Governments¹⁵ e a GTF - Global Taskforce of Local and Regional Governments¹⁶ apresentaram em 15 de Julho de 2019, a terceira edição do relatório *Towards the Localization of the ODS*¹⁷ ao Fórum Político de Alto Nível. O relatório baseou-se nas respostas à pesquisa global da UCLG, bem como à análise por parte das entidades promotoras de cinco ODS - ODS 4, 5, 8, 10, 13 e 16. (É também importante referir que participaram 80 países, obtendo 180 respostas no total.) Esta terceira edição do *Towards the Localization of the ODS* mostra progressos constantes e claros na localização e no envolvimento dos governos locais em todo o mundo. Essa tendência, no entanto, ainda não tem o impulso ou a velocidade para atingir as metas de 2030. Os pontos que se seguem são todos retirados do relatório *Towards the Localization of the ODS 2019*.

Analizado o ODS 4 – Educação de qualidade, em 2019, uma série de cidades ao redor do mundo, incluindo Rennes (França), Brighton (Reino Unido), Amsterdão (Holanda) e Adelaide (Austrália), introduziram políticas de planeamento nas suas regiões escolares, com o objetivo de combater a segregação e evitar a criação de guetos, para garantir que as escolas sejam o reflexo da diversidade da região. Algumas cidades oferecem estratégias para aumentar o sucesso académico para todos, por exemplo, com a criação de programas de pré-emprego e apoio a adolescentes em situação de risco social, bem como escolas de segunda oportunidade. Outras cidades complementam o currículo educacional oferecendo aos alunos a oportunidade de analisar e propor melhorias para a

¹⁵ UCLG - United Cities and Local Governments

¹⁶ Global Taskforce of Local and Regional Governments (global-taskforce.org)

¹⁷ [towards the localization of the sdgs 0.pdf](https://www.uclg.org/towards-the-localization-of-the-sdgs-0.pdf) (uclg.org)

sua cidade, por exemplo, Évora em Portugal. Montreal no Canadá, removeu todas as barreiras que obstruem o acesso às escolas, sejam elas estruturais, culturais ou relacionada com a língua, com o objetivo de alcançar uma maior inclusão. Na Zâmbia, os governos locais têm um papel crucial na implementação de cuidados de saúde nas instituições escolares, garantindo que os alunos tenham acesso a água potável e saneamento. Por exemplo, Auckland (Nova Zelândia) e Nantes (França), que têm trânsito muito intenso, o acesso à escola para crianças é uma preocupação, o que levou à construção de percursos pedestres escolares, aumentando a segurança e promovendo um ar mais limpo e hábitos de saúde mais saudáveis. Alguns Municípios estão a promover a aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, em Quebec (Canadá), são oferecidos cursos universitários para idosos, que incluem uma grande variedade de disciplinas e atividades, enquanto Shenzhen (China) desenvolveu um site que integra vários sistemas educativos e oferece mais de 100 cursos gratuitos. No caso de Viena (Áustria), o Município cede cursos de línguas.

Como recomendação sobre este ODS 4 – Educação de qualidade, o relatório sugere parcerias intermunicipais, para avançar na educação inclusiva e de qualidade para todo o mundo. Independentemente de suas atribuições legais, os governos locais, são atores-chave na implementação educativa e na melhoria das condições para garantir uma educação inclusiva de qualidade para todos. A intervenção dos Município é de facto crucial, uma vez que o poder local é quem melhor conhece as necessidades e realidades de cada região.

O ODS 5 - Igualdade de Género, ainda necessita neutralizar o invasivo efeito da discriminação com base no género, que limita as oportunidades e resultados educacionais para meninas e mulheres jovens. São Francisco (Argentina), oferece um programa para prevenir que mães e pais adolescentes, que estejam em risco de abandonar a escola, o façam, proporcionam-lhes educação sob medida de apoio e participam o pagamento do jardim de infância para os seus filhos. Na Indonésia, o governo de North Lombok está a trabalhar com a sociedade civil para promover a educação de mulheres nascidas na comunidade, tendo criado a Escola Feminina, que levou a resultados imediatos na redução discriminatória das barreiras à participação política e fóruns consultivos distritais. Esta estratégia, promove a educação sem

preconceito de género, a ser alcançada no futuro, isso pode permitir que as crianças desbloqueiem totalmente a igualdade de género.

Sobre o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico, o relatório *Towards the Localization of the ODS*, refere que a elaboração de políticas e metas económicas, é, só em última análise, da competência do governo local, sendo apenas da sua competência tornar estas políticas, económicas, sociais e de emprego, operacionais dentro das suas regiões. No entanto, os processos de descentralização que ocorrerem por todo o mundo, aumentaram as responsabilidades e competências dos governos regionais e locais, tanto no que diz respeito às políticas económicas, sociais e de criação de empregos, assim como à responsabilidade ambiental, crescimento sustentável e criação de trabalho decente.

São exemplos pelo mundo, Montevideu (Uruguai), que estabeleceu uma nova indústria e tecnologia numa das áreas mais pobres da cidade, o parque em El Cerro. Esta iniciativa criou empregos, resolveu problemas de desigualdade e promoveu a inovação socialmente inclusiva. Na Etiópia, os agro-parques geraram emprego nas áreas rurais, num ambiente protegido e com garantia de condições de trabalho decentes, especialmente para mulheres e jovens. Os municípios de todo o mundo, desenvolveram incubadoras de empresas, alguns oferecem técnicas de apoio e acompanhamento para o desenvolvimento económico das atividades, bem como a promoção do emprego para mulheres e jovens. Em Ulyanovsk, (Rússia), o Governo local, desenvolveu um programa de apoio às PMEs, com a finalidade de impulsionar o empreendedorismo e formar desempregados (*the World Skills Junior Centre for Improvement and Skills Development the World Skills*¹⁸). Ulaanbaatar (Mongólia), desenvolveu a *Women and Business Incubator Centre (WBC)*¹⁹, que fornece assistência técnica, acompanhamento, assessoria personalizada, consultoria financeira e serviços, num espaço de coworking²⁰,

¹⁸ *WorldSkills* – Inspiram os jovens a desenvolver uma paixão por habilidades e procuram a excelência, através de competições e promoções. Desenvolvem habilidades através de padrões globais de treino, sistemas de benchmarking e aumento do envolvimento do setor. Influenciam a indústria, o governo e os educadores através da cooperação e pesquisa — construindo uma plataforma global de habilidades para todos. (consultado em 11/03/2021, às 10h).

¹⁹ *Women's Business Center and Incubator Project | The Asia Foundation* - A Women's Business Center and Incubator Project (WBC Project) atende a um grupo de mulheres críticas e empreendedoras que recebe serviços de apoio e desenvolvimento de negócios profissionais e de alta qualidade num ambiente propício que promove o empreendedorismo feminino e apoia pequenas e médias empresas. Além disso, responde ao desejo do Município de Ulaanbaatar de apoiar especificamente as mulheres empreendedoras. Os serviços do Projeto WBC cobriram uma ampla gama de habilidades de negócios necessárias adaptados a mulheres de vários níveis de experiência, incluindo mulheres com ideias de negócios, mas sem experiência prévia, bem como serviços para mulheres que já dirigem pequenas/médias empresas e querem cultivá-la para o próximo nível. (consultado em 11/03/2021, às 10h10)

²⁰ Coworking - modelo funcional de trabalho que tem por base a partilha dos mesmos espaço e recursos de escritório, entre pessoas que podem ou não desempenhar funções nas mesmas áreas. Informação retirada em *coworking | Definição ou significado de*

com uma sala de jogos para crianças. Na União Europeia existe um apoio para superar a exclusão digital nas zonas rurais e áreas mais isoladas. Também compete aos Municípios criar sistemas alimentares sustentáveis, com a finalidade de tornar a “*economia mais verde*” e promover o meio ambiente com um território mais sustentável, além destas iniciativas promoverem oportunidades de criação de empregos em áreas rurais, também fornecem oportunidades para estimular o desenvolvimento local através da produção de alimentos. Vários Municípios, por exemplo, na Argentina, Bolívia, Equador, França, Marrocos e Costa do Marfim, já adotaram esta estratégia, mas a iniciativa mais visível é a *Milan Urban Food Policy Pact*²¹, que começou em 2015 e desde então e até aos dias de hoje, já reuniu o apoio de 211 cidades signatárias (Em Portugal, Torres Vedras, é a única cidade que faz parte desta iniciativa, tendo assinado o Pacto em 2017).

A economia compartilhada e colaborativa, que também se integra neste ODS. Como exemplo desta economia partilhada, temos empresas como a *Uber*, *Cabify* e *Airbn*, que rapidamente se tornaram empresas multinacionais com limitações à transparência e conformidade fiscal, com apenas o mínimo respeito pelos direitos básicos dos trabalhadores e dos requisitos legais dos países em que operaram. Isso provocou uma onda de regulamentação mais "convencional" para preservar os direitos de grupos e os direitos locais, cuja sobrevivência ou direitos básicos estavam a ser afetados, por exemplo, os táxis tradicionais e empresas hoteleiras. Tudo isto levou a uma onda de protesto e rejeição de comunidades e sociedade civil nos municípios mais afetados por este processo. As cidades de Paris, Berlim, Madrid e Barcelona, por exemplo, foram obrigadas a adotar regulamentos específicos a fim de conservar a coexistência social e o tecido urbano dos mais afetados. Em Seul a iniciativa “*Sharing City*”²², por exemplo,

coworking no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa sem Acordo Ortográfico (infopedia.pt) (consultado em 10/03/2021, às 16h)

²¹ *Milan Urban Food Policy Pact* - Lançado pelo Município de Milão em 2015, o Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão é um acordo internacional entre cidades de todo o mundo, comprometidas "em desenvolver sistemas alimentares sustentáveis que sejam inclusivos, resilientes, seguros e diversos, que forneçam alimentos saudáveis e acessíveis para todas as pessoas em uma estrutura baseada em direitos humanos, que minimizam o desperdício e conservam a biodiversidade enquanto se adaptam e mitigam os impactos das mudanças climáticas”.

O seu principal objetivo é apoiar as cidades que querem desenvolver sistemas alimentares urbanos mais sustentáveis, promovendo a cooperação entre cidades e o intercâmbio de melhores práticas. consultada em 11/03/2021, às 10h30.

²² “*The Sharing City, Seoul*” Project (metropolis.org) – o USE é uma plataforma online dedicada à promoção do desenvolvimento urbano sustentável. Apresenta programas, projetos e políticas de sucesso e conecta-se com os municípios que trabalham nessa área. Foi lançado em 2014 como uma Iniciativa MetrÓpole liderada e co-fundada pela Cidade de Berlim. É apoiado pelo Instituto de Cultura e Sociedade da Western Sydney University e é uma rede global de parceiros institucionais e organizações. O USE publica estudos de caso de profissionais registados que desejam partilhar os seus projetos e experiências com outros. consultado em 11/03/2021, às 11h

levou à criação de cerca de 20.000 empregos na área local, com um foco específico em grupos vulneráveis, como as mulheres, que representam 65% da força de trabalho recém-criada. Em África, na cidade de Abidjan, foi criado um escritório único para a economia social e compartilhada.

Das várias conclusões que foram retiradas no relatório, a promoção da economia local inclusiva, desenvolvimento e criação de trabalho decente com políticas complementares e que se reforcem mutuamente no seio das cidades, e das políticas territoriais, é a mais importante e essencial para que o governo local consiga atingir este ODS.

Sobre o ODS 10 – Reduzir as Desigualdades, o relatório, *Towards the Localization of the ODS*, solicita que sejam tomadas medidas urgentes e inovadoras, para um mundo mais inclusivo e sustentável, assim como, para uma redução das desigualdades entre e dentro das regiões e territórios.

Acabar com esta barreira dentro de cada região, é um desafio para os municípios. As cidades e vilas podem desenvolver políticas urbanas e projetos para reduzir esta barreira e tentar amenizar as desigualdades, promovendo uma mistura social. Os municípios estão a tentar acabar com este desequilíbrio, através da promoção de políticas económicas integrativas, com a finalidade de fortalecer e incentivar as Micro e PMEs a instalem-se em zonas aparentemente mais vulneráveis, bem como, através da regeneração dos bairros sociais mais marginalizados, implementando “esquemas” de prestação de serviços. Exemplos são o Rio de Janeiro, no Brasil e Lyon, na França, com os Programas “Favela-Bairro”²³ e “Réunir Vénissieux”²⁴, respetivamente, dois

²³ [Secretaria Municipal de Habitação \(rio.rj.gov.br\)](http://secretaria.municipal.de.habitacao.rio.rj.gov.br) - O programa Favela-Bairro, no Rio de Janeiro, Brasil, foi indicado pela ONU, no Relatório Mundial das Cidades 2006/07, como um exemplo a ser seguido por outros países. O Favela-Bairro também foi escolhido entre os melhores projetos do mundo apresentados na Expo 2000, em Hannover, na Alemanha, maior evento internacional do final do milénio. Este projeto consiste na tentativa de integração das favelas na cidade. Além das obras de urbanização e infraestrutura já realizadas, o próximo passo será a melhoria das moradias e um conjunto de ações sociais integradas à urbanização, como educação de jovens e adultos, programas de qualificação profissional e geração de renda, instalação de postos do Programa de Saúde da Família (PSF) e o Projeto Segurança Cidadã de combate à violência. Assim como a implantação de um sistema de controle e monitorização da expansão horizontal e vertical, através de imagens geradas por satélite e voos aerofotogramétricos. As obras de urbanização e infraestrutura executadas pelo Favela-Bairro prevêem a abertura e pavimentação de ruas; implantação de redes de água, esgoto e drenagem; construção de creches, praças, áreas de desporto e lazer; canalização de rios; realojamento de famílias que se encontram em áreas de risco; contenção e reflorestamento de encostas; construção de marcos limítrofes para evitar a expansão; e reconhecimento de nomes de ruas, logradouros e Código de Endereçamento Postal Coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa implementa infra-estruturas urbanas, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais nas comunidades beneficiadas, ou seja, nas favelas. Consultado em 15/03/2021, às 10h30.

²⁴ *I-Ville - Base documentaire de la politique de la ville* - Reunite Vénissieux, em Lyon, França, é um projeto de parceria para requalificar e desenvolver o território, e atuar para diminuir as dificuldades dos habitantes. Esta abordagem global visa unir os habitantes. No plano social, trata da aproximação de todos os habitantes, sem qualquer distinção. Tem como lema, “*Vivendo juntos. Unindo bairros*”. A nível urbano, o desafio é reunir todos os bairros do Plateau des Minguettes. Para isso é necessário criar mais bairros no Planalto para unir as ruas e ligações com o centro da cidade. A chegada do Tramway é uma marco importante e decisivo. Este projeto, reúne vários parceiros económicos, sendo a ambição do projeto combinar todas as inovações que permitam fazer mais

programas que pretendem introduzir melhorias nas áreas mais carenciadas através da criação de infraestrutura urbanas, serviços públicos, políticas sociais e apoio ao desenvolvimento económico, de forma integrada e participativa. Estes dois programas são geridos pelos respetivos Municípios.

Outro exemplo de tentativa de resolução de desigualdades sociais, é o “Metrocable Project”²⁵ em Medellin, Colombia. Medellin, costumava ser a capital mundial do crime, devido ao tráfico global de drogas, este projeto introduziu, pela primeira vez, a possibilidade de usar um teleférico para integrar as comunidades da encosta no centro da cidade. Esta redução de tempo e de custos, levou à queda da taxa de crime, através da integração da comunidade.

Em alguns países, os problemas de acesso aos direitos de propriedade e arrendamento foram recentemente abordados nas reformas das leis e regulamentos municipais. Por exemplo, na África, Ásia e América Latina, já distribuem títulos de propriedade e direitos de usufruto. A política de habitação ajuda a proteger os habitantes das áreas urbanas onde existam várias desigualdades, por exemplo, o despejo de pessoas das suas habitações. Vários municípios já aderem a estas políticas, como por exemplo, Bruxelas, na Bélgica e Nova York, nos Estados Unidos da América. Um exemplo de política de habitação é o “*Seoul’s Type Housing Voucher Program*”²⁶, na República da Coreia, que

em termos de ofertas de emprego, formação, qualificação e integração profissional dos residentes. Consultado em 15/03/2021, às 11h.

²⁵ [Metrocable \(prizeforcities.org\)](https://prizeforcities.org/) – Este projeto, em Medellin, Colombia, consiste na criação do primeiro teleférico aéreo do mundo totalmente integrado num sistema de transporte público. De propriedade e operado pelo Metro de Medellín e apoiado pelo Município de Medellín, a chegada da primeira linha da Metrocable, a Linha K, é amplamente vista como um ponto de virada fundamental na fortuna de Medellín. Para aumentar a aceitação, muitos membros da comunidade foram contratados como trabalhadores da construção civil do teleférico. Graças a este projeto, e se na década de 90, Medellín era associada ao cartel de drogas dirigido pelo traficante Pablo Escobar; em 2013, foi eleita a Cidade do Ano.

²⁶ [Seoul Type Housing Voucher Program | 서울정책아카이브 Seoul Solution](#) – É um programa de bem-estar habitacional, que serve como política habitacional para cidadãos de baixos rendimentos, pode ser dividido em dois tipos: aluguer público e subsídio habitacional. Tem por objetivo reduzir os custos das moradias dos cidadãos de baixo rendimento e que vivem em moradias de aluguer. Fornece ajuda valiosa às famílias classificadas nos 20% mais baixos da faixa de rendimentos (cujos rendimentos reconhecidos representam no máximo 150% do custo mínimo de vida), excluindo os beneficiários sob a “Lei Nacional de Segurança Viva Básica”. Até o início de 2000, o programa de aluguer público da Coreia do Sul - incluindo o projeto de moradia permanente de aluguer introduzido em 1989 - formou a principal parte da política de bem-estar habitacional. Na maioria dos países desenvolvidos, que executaram os dois tipos de programas de bem-estar habitacional até agora, a política pública de habitação foi implementada primeiro, seguida pelo subsídio habitacional em uma data posterior. No que diz respeito ao aluguer público, embora a sua construção e operação exijam muito dinheiro, até ao momento é altamente eficaz porque fornece casas diretamente aos beneficiários. Por outro lado, o sistema de subsídios habitacionais é menos eficaz porque o subsídio é concedido aos beneficiários e pode ser usado para fins diferentes do esperado. Além disso, o programa de aluguer público tende a reduzir as taxas de alugue no mercado imobiliário, enquanto o sistema de subsídios habitacionais realmente aumenta as taxas de aluguel. Portanto, na maioria dos países avançados, o programa de habitação pública foi colocado em prática primeiro, enquanto o sistema de subsídios habitacionais foi introduzido e reforçado posteriormente, ou seja, a partir da década de 1980, após um período de crise financeira.

consiste num apoio através de subsídios para cidadãos de baixos rendimentos, assim como o “*US Housing Choice Benefit Voucher*”²⁷, nos Estados Unidos da América e o “*UK Local Housing Benefit*”²⁸, no Reino Unido. Os exemplos de Copenhague, na Dinamarca, Joanesburgo, África do Sul e Minneapolis St Paul, Estados Unidos da América, são exemplos de cidades que aplicam a receita fiscal no sentido de redistribuir os valores de forma a equilibrar a desigualdade territorial e coesão social.

Em conclusão o Relatório refere que os Municípios têm um enorme potencial para identificar, avaliar e desenvolver políticas para combater as desigualdades dentro dos seus territórios, juntamente com a sociedade civil local. Podem aprovar políticas locais e promover ações sociais de inclusão baseadas na diversidade e criatividade das suas comunidades, garantindo um papel maior para as mulheres, para as minorias mais afetadas ou qualquer outro grupo mais vulnerável.

Sobre o ODS 13 – Ação Climática, o relatório refere que os governos locais e regionais estão na vanguarda da ação climática e têm impulsionado a mudança global. Neste momento, 10589 cidades (155 em Portugal) assinaram o “*Global Covenant of Mayors for Climate and Energy (GCoM)*”²⁹. Este pacto tem como finalidade, um compromisso entre os presidentes dos governos locais, em aliança com outras entidades, no sentido de acelerarem as iniciativas climáticas e energéticas que levem a um futuro inclusivo, justo, de baixa emissão de carbono para o ambiente e resiliente ao clima, ajudando a cumprir e superar os objetivos do Acordo de Paris. O objetivo principal é a transição para uma emissão zero de carbono para o ambiente, no entanto e embora este projeto já esteja em andamento, ainda se revela frágil e exige políticas decisivas na liderança em todos os níveis de governo.

A frequência de eventos catastróficos, por exemplo, as ondas de calor em Delhi, na Índia e Melbourne, na Austrália, furacões consecutivos em Moçambique e no Caribe, e inundações no Centro-Oeste dos Estados Unidos da América, tiveram um impacto em cascata nas infraestruturas de vários sistemas comunitários e afetaram serviços em muitas cidades e regiões. Prevendo estes fenómenos naturais, algumas cidades já se

²⁷ [Housing Choice Vouchers Fact Sheet | HUD.gov / U.S. Department of Housing and Urban Development \(HUD\)](#)

²⁸ [Housing Benefit: What you'll get - GOV.UK \(www.gov.uk\)](#)

²⁹ [Home - Global Covenant of Mayors](#) – Esta associação mundial, reconhece os governos locais como fundamentais para uma ação climática eficaz. Trabalham em conjuntos com os governos locais para organizar e mobilizar os seus esforços para uma solução climática globalmente coerente e regionalmente adaptada. É constituída por 10589 governos locais em todo o mundo. consultado em 16/03/2021, às 10h30

acautelam, por exemplo, Cincinnati, Melbourne, Joanesburgo, Toronto e Amsterdão, têm um planeamento urbano e territorial de prevenção de riscos e adaptação a mudanças climáticas, que é atualizado frequentemente. Os governos locais de Catalunha, Izmir, Jalisco, São Paulo e Québec, identificaram as áreas vulneráveis e adaptaram as cidades de forma a tornarem-se mais seguras, reduzindo assim os riscos no caso de catástrofes naturais. Em Portugal, na cidade do Seixal, através de uma abordagem participativa entre os habitantes e o Município, foi implementado um *Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas*³⁰.

Para combater este flagelo ambiental, muitas cidades estão em transição para energias renováveis. Reykjavík, na Islândia, usa energia geotérmica para alcançar a neutralidade do carbono, Nova York, nos Estados Unidos da América, está a desfazer-se dos combustíveis fósseis e o Território da Capital da Austrália pretende atingir 100% de eletricidade renovável. Em Yennenga, (Burkina Faso), está a ser construída uma eco cidade, que foi planeada tendo em atenção aos ventos Harmattan, a energia solar e a captação de águas pluviais.

Um dos grandes problemas das cidades, são os transportes públicos. A cidade de Copenhaga, na Dinamarca, fornece um serviço de transporte público exemplar, tendo conseguido mudar os hábitos dos habitantes, levando à neutralização da emissão do carbono para o ambiente. Esta alteração de hábitos consiste na proibição de carros particulares em algumas zonas, incentivando ao uso apenas de transportes públicos, que são elétricos, ou à utilização das ciclovias, melhorando assim a qualidade do ar. Desde 1956, muitas cidades promoveram a proibição de carros em dias específicos, com o objetivo de sensibilizar os habitantes.

Em relação à gestão de resíduos sólidos, a cidade de Addis-Ababa, na Etiópia, fundou um centro de transformação de resíduos em energia, que captura o calor emitido durante a incineração para a produção de energia. A valorização de resíduos orgânicos³¹, tornou possível a produção de biogás a partir do tratamento aeróbio e anaeróbio dos mesmos. A política de reciclagem e de redução de produtos não recicláveis e de uso único é outro passo para atingir este objetivo, exemplo desta política é a cidade de San Pedro, na Guatemala, que prima pela sua política de zero-plástico.

³⁰ PowerPoint Presentation (aml.pt) – consultado em 16/03/2021, às 11h30

³¹ Valorização de Resíduos Orgânicos | Veolia Portugal – consultado em 17/03/2021, às 11h

Em conclusão, o relatório refere que devem ser tomadas posições políticas que garantam o cumprimento deste ODS até 2030, como por exemplo, alcançar a neutralidade climática, desinvestir em combustíveis fósseis e libertar recursos para investimentos sustentáveis, implementar ativamente campanhas para o público, nomeadamente, compensar quaisquer emissões de carbono para a atmosfera que não possam ser reduzidas. Alterar a energia dos edifícios para 100% de energia renovável, garantir que novos edifícios funcionem com carbono zero em 2030 e que todos os edifícios alcancem essa meta até 2050. Assim como, eliminação gradual dos plásticos descartáveis, e promoção de mudanças no comportamento humano e estilo de vida relativamente ao consumo exacerbado.

Passando ao ultimo ODS analisado, o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, temos que, os Municípios são responsáveis por retratar a instituição de forma transparente e eficaz, por forma a alcançar a paz e justiça para todos. Os Municípios são o governo mais próximo dos cidadãos e como tal, têm responsabilidades diretas na realização das diferentes dimensões deste objetivo.

Os governos locais são os que podem realizar transformações mais eficazes, principalmente através do exemplo e transparência. Devem assegurar que todos os atos dos habitantes são registados, (nomeadamente, nos registos civis, os casamentos), devem fornecer os serviços básicos, e tomar medidas pró-ativas para combater a violência local e as políticas discriminatória.

Nas zonas de guerra e conflitos, os municípios estão preocupados com as comunidades, que são os alvos imediatos, por exemplo, Síria ou Mali, onde os municípios eram as únicas instituições públicas que garantiam a continuidade do Estado e tiveram que lidar com um grande influxo de migrantes e refugiados que fugiram da guerra, com recursos relativamente limitados. Em consequência, outros municípios tiveram de integrar os refugiados nas suas regiões, dando acesso às escolas, a serviços de saúde, às necessidades básicas, e ajudar a construir habitações ou a encontrar maneiras alternativas de abrigar os refugiados. Em 2016, o Prémio CGLU da Paz³² foi entregue à cidade de Kauswagan, nas Filipinas, pela superação das consequências do conflito armado interno na região através de fatores socioeconómicos mais inclusivos. Em 2019,

³² [UCLG Peace Prize – The UCLG Peace Prize celebrates successful initiatives for conflict prevention, peace-building and post-conflict reconstruction undertaken by local governments](#) – consultado em 17/03/2021, às 15h30

o Prémio foi entregue à cidade de Aarsal, no Líbano, pelos programas de estímulo a uma cultura de paz. A Cidade do México emitiu uma Declaração de Cultura e Paz onde sugere estratégias locais baseadas na cultura, como um elemento fundamental e um pilar para sociedades pacíficas e onde refere *"Entre os indivíduos, como entre as nações, o respeito ao direito alheio é a paz"*³³ – citado por Benito Juarez. E o maior exemplo a nível mundial, Belém, que apela à construção de políticas locais de paz e dignidade.

Em conclusão, estas políticas sobre direitos humanos, igualdade e não discriminação, são decisivas para o progresso e para alcançar os ODS. Contudo, construir municípios fortes, requer poderes, capacidades e recursos para garantir que cumpram as suas responsabilidades e informem as suas comunidades, portanto, este ODS pode apenas ser alcançado se for apoiado por políticas de descentralização personalizadas e eficazes.

3 Sustentabilidade em Portugal

Embora ainda estejamos longe de viver num país sustentável, Portugal começa a dar alguns passos nesse sentido. Vivemos ainda num país com vários ritmos, tal como acontece nos restantes países.

3.1 Sustentabilidade em Portugal vista pelo mundo

Da mesma forma que já apresentamos casos de sucesso noutros países, o nosso país também é falado além fronteiras por exemplos de sucesso na área da sustentabilidade, e segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano publicado a 15 de Dezembro de 2020, elaborado pela United Nations Development Programme (UNDP), encontra-se no 38º lugar do ranking³⁴ de 189 países, do Índice de Desenvolvimento Humano, podendo assim concluir que nos encontramos numa posição favorável no que respeita ao desenvolvimento humano. Também a título de enquadramento, referimos que, a nível demográfico, em 2020, tínhamos uma população total de 9,9 milhões e a população

³³ Microsoft Word - Declaração do México - ICOMOS Políticas culturais - 1982.r- (wordpress.com), consultada em 31/03/2021, às 16h15

³⁴ Informação disponível em [Latest Human Development Index Ranking | Human Development Reports \(undp.org\)](https://data.unhcr.org/en/indicators/hdi-rankings) e [hdr2020.pdf \(undp.org\)](https://hdr2020.pdf(undp.org)) consultadas em 14/01/2021.

urbana representava 65,8% da população total. Ainda sobre este relatório e no seguimento do inquérito feito a todos os municípios portugueses, tentamos obter alguns dados estatísticos sobre os ODS, que poderão servir para comparar com os resultados ao nosso inquérito. Assim, sobre os ODS e tendo em consideração o referido Relatório, temos que, relativamente ao ODS 1 – Erradicação da Pobreza, verificamos que a população que vive abaixo da linha de pobreza (cerca de 1 euro por dia), é de 0,4% da população. Sobre a prevenção da pobreza em caso de desastres económicos, sociais e ambientais, verificamos que no ano transato, no nosso país, 28 pessoas, (por cada milhão), ficaram desabrigadas devido a desastres naturais. O ODS 4 – Educação de Qualidade, reflete em 2020 a realidade que o mundo atravessa. As escolas foram os serviços que mais tiveram de se adaptar a esta pandemia. As questões que enviamos aos municípios, nomeadamente se forneciam transportes, livros escolares, material escolar e refeições gratuitas, não incluíam esta nova realidade informática que foi necessária nestes tempos. No relatório retiramos que os gastos do governo com a educação correspondem a 2,9% do PIB. Assim como, a taxa de alfabetização de adultos com mais de 25 anos é de 96,1%. A Igualdade de Género, ODS 5, retiramos que, sobre a violência contra mulheres já vivenciada com parceiro íntimo, temos uma percentagem de 19%, e com parceiro não íntimo, 1%. A percentagem de mulheres com assento parlamentar é de 38,7%. O ODS 6 – Água Potável e Saneamento, no nosso país, a população que usa serviços de água potável com gestão segura é de 95% e a população que usa serviços de saneamento geridos com segurança é de 85%. Sobre o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico, verificamos que a taxa de desemprego no ano de 2020 é de 6,3%. No ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas, retirámos que 74,7% da população é usuária da internet. O ODS 10 – Reduzir as Desigualdades, mostrou-nos que o coeficiente de desigualdade humana cifra-se nos 11,8%, a desigualdade na educação é de 15% e a desigualdade no rendimento, de 16,9%. Sobre o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, verificamos que a taxa de homicídios por 100.000 pessoas é de 0,8 e a população da prisão é de 127, também por 100.000 pessoas.

Após este enquadramento e conforme já referimos, Portugal anda na “boca do mundo” pelos melhores motivos e é sempre importante referir os exemplos de sucesso, assim como enaltece-los, compreende-los e aprender com eles. Como exemplo e há bem pouco tempo atrás, em 13 de novembro de 2020, a S&P Dow Jones Indices ("S&P DJI"), principal fornecedora de índices do mundo, publicou os resultados do Dow Jones

Sustainability World Index (DJSI)³⁵, onde quatro³⁶ empresas portuguesas foram distinguidas com este prémio mundial, sendo elas, Energias de Portugal, S.A., Galp Energia SGPS, S.A., Jerónimo Martins e Filhos, SGPS, e Banco Comercial Português. A S&P Dow Jones Indices ("S&P DJI") foi lançada em 1999³⁷, data em que iniciou também a avaliação do Dow Jones Sustainability™ World Index (DJSI). Tem como objetivo a Avaliação da Sustentabilidade Corporativa e rastreio dos conjuntos de índices globais para empresas cotadas em sustentabilidade.

Outro exemplo de sucesso na área da sustentabilidade no nosso país, uma empresa portuguesa³⁸ venceu a categoria “*Best Raw Materials Sustainability – Europe 2020*” dos prémios da Capital Finance International. Falamos na Corticeira Amorim. Nesta empresa, a cortiça é colhida ciclicamente, sem causar danos às árvores, é totalmente natural e reutilizável. O montado de sobreiro é um sumidouro natural de CO₂, regula o ciclo hidrológico, protege da erosão e dos incêndios e fomenta uma biodiversidade de elevada importância. Por curiosidade, é a cortiça desta empresa que reveste o pavimento da Sagrada Família, em Barcelona, assim como a NASA e a ESA escolheram esta cortiça para revestir as suas naves espaciais. Esta dedicação aos fatores ambientais, sociais e de governação, bem como à inovação, tornam a Corticeira Amorim vencedora do prémio “*CFI.co*” de Melhor Sustentabilidade em Matérias-Primas - Europa 2020.

3.2 Sustentabilidade nos Municípios Portugueses

Falar em sustentabilidade nos Municípios Portugueses ainda é uma utopia. Apesar de já se notar o rastilho, ainda estamos longe do “boom” revolucionário e que nos vai colocar num país mais sustentável.

A descentralização tem sido um elemento importante da reforma do governo passando o poder para os Municípios. No entanto, esta descentralização ainda é infrutífera, uma vez que as medidas utilizadas pelo governo local apenas refletem as circunstâncias financeiras e são equiparadas de forma igual, sem diferenciarem o grau de variação entre os Municípios, Devas, N., e Delay, S. (2006).

³⁵ [Dow Jones Sustainability World Index - S&P Dow Jones Indices \(spindices.com\)](https://www.spglobal.com/djsi)

³⁶ [DJSI/CSA Annual Review \(spglobal.com\)](https://www.djsi.com/annual-review)

³⁷ [Our History | S&P Global](https://www.spglobal.com/djsi/our-history)

³⁸ <https://cfi.co/awards/europe/2020/corticeira-amorim-best-raw-materials-sustainability-europe-2020/>

Apesar desta descentralização ainda ser um processo em curso, os municípios não foram deixados à deriva neste projeto de sustentabilidade mundial, são várias as medidas e apoios da UE para a implementação da sustentabilidade nos municípios. Caldas, P., Ferreira, D.C., Dollery, B., e Marques, R.C. (2018) elaboraram uma análise sobre a influência que os programas de investimento da UE tiveram na implementação da sustentabilidade nos 308 Municípios Portugueses no período de 2000 a 2014, fase em que houve dois apoios financeiros de ajuda. Concluíram que os concelhos que foram considerados sustentáveis são mais eficientes devido aos níveis sólidos de governação, eficácia governamental, desenvolvimento económico e social e/ou sustentabilidade financeira. No entanto, os concelhos não são mais produtivos do que os concelhos que não foram considerados sustentáveis. Ou seja, não se verificou, para nenhum dos apoios da UE, nenhum impacto significativo nos investimentos, independentemente de um concelho apresentar níveis mais altos ou mais baixos de sustentabilidade. Foi confirmada a importância dos programas da UE no ajuste estrutural da economia portuguesa e a continuidade das políticas de coesão parecem imperativas para garantir o desenvolvimento sustentável. Por último, verificaram que tanto a eficiência quanto a produtividade são mais elevadas no primeiro programa (2000-2006) do que no segundo (2007-2013) — tanto para concelhos sustentáveis quanto não sustentáveis.

Dois anos depois, Caldas, P., Dollery, B., e Marques, R.C., (2020), novamente, apresentam um novo modelo de avaliação denominado, Índice de Sustentabilidade do Município, que tem como base a combinação do desempenho financeiro municipal, com a sustentabilidade e governação da comunidade, para os autores este novo modelo, iria “medir o que é importante” no governo local, porque consideram que a ampla gama de indicadores e métodos que estão a ser usados atualmente para avaliar o governo local, tratam apenas parcialmente do problema mais amplo do desempenho municipal, ou seja, o desempenho financeiro / económico. Os autores apresentam este modelo, na expectativa de conseguir medir os níveis de sustentabilidade em cada município, não só a nível económico, mas também social e ambiental, o Índice de Sustentabilidade do Município. Mas mais uma vez se coloca, não só por nós, mas principalmente pelos autores, o problema da comparação. Sendo Portugal, um país com Municípios tão diferentes, fará sentido comparar ou será possível fazê-lo através deste modelo? Não sabemos e Caldas, P. et al. (2020), também não, porque não foi possível incorporar os dados de todos os 308 municípios portugueses no modelo, não podendo concluir

absolutamente nada. No entanto, fica como exemplo este modelo que talvez fosse interessante estudar, com o apoio e participação mais ativa dos municípios nesta temática.

Estas comparações, terão sempre prós e contras, conforme já referimos, haverá sempre benefícios e malefícios em estudos comparativos. Podemos compreender que estas comparações poderão ajudar os municípios que estejam em situação menos favoráveis a serem ajudados pelos municípios com uma situação mais favorável. Esta comparação poderá fazer renascer o brio de cada município e a tentativa de chegar mais longe. Ou pode instalar-se apenas uma frustração e um fosso ainda maior entre municípios perante esta dificuldade em adaptar-se à suposta nova sua realidade. Fazer análises e estudos a municípios parece ser um trabalho infortúnio, conforme Caldas, P. et al., (2020) também concluíram.

Estas diferenças no tempo e principalmente no espaço, foram referidas por Oliveira, G. M., Vidal, D. G., e Maia, R. L. (2020). Os autores referem que existe um agravamento das desigualdades do país, e uma preocupação em relação às estratégias e caminhos para o desenvolvimento da sustentabilidade. O facto de Portugal ser um país pequeno e principalmente rural, provoca uma diversidade considerável em termos geográficos, culturais e até mesmo nas características da atividade económica. Oliveira et al., (2020), também realizaram um estudo aos municípios onde expõem as desigualdades dentro do país, de forma clara, colocando em causa o ODS 10 – Reduzir as Desigualdades. Revelam ainda neste estudo que existe uma distribuição desigual dos profissionais de saúde, nas áreas rurais existe uma diminuição dos profissionais de saúde e nas áreas urbanas, um aumento, o que origina o agravamento dos serviços de saúde fora das grandes áreas urbanas. Esses resultados mostram que Portugal não cumpre os requisitos do ODS 3 – Saúde de Qualidade. Em relação ao ODS 4 – Educação de Qualidade, verificaram uma redução no número de alunos matriculados, o que está de acordo com a diminuição de nascimentos, no caso da educação básica, mas também podem ser consequência da crise financeira. Referem que os desastres ambientais provocados pelos incêndios que quase todos os anos têm afetado o nosso país, colocam em causa os ODS 1 – Erradicar a Pobreza, ODS 2 – Erradicar a Fome, ODS 3 – Saúde de Qualidade, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 13 - Mudanças climáticas e ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre. Consideram que as consequências complexas provocadas

pelos incêndios afetam o caminho para desenvolvimento sustentável, e embora este flagelo tenha vários fatores alheios à “mão humana”, não está a ser tratado com a seriedade devida pelos governos locais e centrais. Relativamente ao ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis, o aumento do consumo de gás natural *per capita* tem sido uma tendência contínua há vários anos, desviando assim as metas de cumprimento deste objetivo. Este crescente consumo de gás natural, não coloca só em causa o ODS 7- Energias Renováveis e Acessíveis, mas também o ODS 12 – Produção e Consumo Sustentável, uma vez que Portugal não produz petróleo, carvão nem gás natural! Em conclusão Oliveira et al., (2020) referem que, de acordo com os resultados analisados a nível local, atualmente as condições gerais de vida em Portugal estão mais difíceis do que em 2009, durante o período da crise financeira, revelando um agravamento das desigualdades. Dizem que as estratégias do governo e as políticas locais e regionais, devem expressar, aumentar, e fortalecer essa diversidade de cada espaço e, o mais importante, não devem, nem podem ser a causa das desigualdades.

Em Portugal, foi efetuado um estudo durante três anos (2018-2020), elaborado por Galli, A., Iha, K., Pires, S. M., Mancini, M. S., Alves, A., Zokai, G., ... e Wackernagel, M. (2020), em colaboração com Universidades, ONGs e autoridades locais, com o objetivo de conhecer a capacidade local de enfrentar desafios ambientais complexos e em última análise, de orientar novos programas de políticas para o desenvolvimento sustentável de cada município e influenciar as políticas de coesão territorial em todo o país. Este estudo foi elaborado em seis cidades portuguesas (Almada, Bragança, Castelo Branco, Guimarães, Lagoa e Vila Nova de Gaia), tinha como referencial o projeto da Pegada Ecológica, e sugere percepções de políticas para a gestão dos principais setores de consumo local para atingir as metas do Desenvolvimento Sustentável da ONU. As conclusões vão no sentido que já referimos, ou seja, à medida que a população global aumenta e migra cada vez mais para as cidades, a governação da cidade precisa abordar a sustentabilidade de uma perspectiva local. O planeamento e o desenvolvimento urbano requerem rastreamento quantitativo adequado aos limites das capacidades dos ecossistemas para gerir a crescente demanda de recursos urbanos. No caso, as regiões dependem do meio ambiente e dos ecossistemas circundantes para sustentar a vida, saúde, segurança e coesão social e não têm alternativa a não ser criar novas oportunidades económicas (verdes e circulares) que garantam o funcionamento de uma cidade a longo prazo e meios de subsistência de qualidade para seus cidadãos. Neste

estudo, foi feito o alerta para que os gestores municipais compreendam a alta pressão que os residentes das cidades e vilas colocam sobre os recursos naturais, em termos de Pegada Ecológica absoluta e relativa, assim como os padrões de consumo insustentáveis. Sendo urgente promover as mudanças comportamentais necessárias para transpor e implementar com sucesso vários ODS nos municípios e para tornar as cidades mais resilientes. Neste sentido, os autores referem que deve ser promovida uma discussão sobre como transpor a Agenda 2030 para o nível dos Municípios e identificar quais são as prioridades e os desafios que as políticas locais devem considerar. Dizem ainda que esta questão é de particular importância em Portugal, onde os debates públicos sobre estas questões ainda se encontram numa fase inicial. Estes debates e esta sensibilização devem levar a políticas de alavancagem de curto, médio e longo prazo, reforçando as mudanças comportamentais, trabalhando em conjunto com a população local, empresas públicas e privadas e outras organizações para diminuir a pressão sobre os recursos naturais.

A nível de divulgação desta informação não financeira e sabendo que os relatórios de sustentabilidade são o último processo administrativo da sustentabilidade, temos que, de acordo com um estudo elaborado por Lima, AM (2019) intitulado, “O Relatório de Sustentabilidade dos Municípios Portugueses”, os autores concluíram que a maioria dos municípios diz que fornece anualmente informações de sustentabilidade, que as questões mais relevantes nas informações divulgadas são as relacionadas com os aspectos sociais e económicos, bem como, dizem adotar práticas de gestão sustentáveis, conforme divulgado nos relatórios de sustentabilidade, que enfatizam conceitos como por exemplo, qualidade, eficiência e eficácia e que utilizam mecanismos contabilísticos e financeiros.

Pelas pesquisas efetuadas, verificamos que há pouca informação sobre a sustentabilidade nos municípios portugueses. Existem alguns artigos sobre a sustentabilidade no setor público central, no entanto, no local, ainda existe um longo caminho pela frente.

4 Estudo da Sustentabilidade nos Municípios Portugueses

Sendo os Municípios o poder político mais próximo da população, e tendo em consideração os exemplos que enunciamos ao longo do presente trabalho, relativamente às medidas que já são tomadas pelas Autarquias Locais no resto do mundo, pareceu-nos importante perceber que medidas são tomadas, neste âmbito, no nosso país.

Neste contexto e referindo que Portugal³⁹ é dividido por 18 distritos no Continente e 2 Regiões Autónomas (Açores e Madeira), constituída por 308 concelhos, 278 no continente, 11 na Madeira e 19 nos Açores, apresentamos de seguida, o objetivo deste estudo, assim como os resultados obtidos.

4.1 Objetivo do Estudo

O objetivo principal deste trabalho é compreender a sensibilidade, os conhecimentos e principalmente as medidas tomadas pelos Municípios no que se refere aos ODS. Assim como, se os Municípios têm acesso mais facilitado no cumprimento dos ODS, e no caso de os terem, se os fazem cumprir, ou se as políticas municipais se sobrepõem aos ODS.

Também nos parece que a sustentabilidade continua a ser vista apenas numa vertente ambiental e, neste estudo, também queremos compreender se as vertentes sociais e económicas já são vistas como fatores de sustentabilidade.

Assim, foram colocadas 69 questões, todas baseadas nas descrições das metas dos ODS elaboradas pela ONU como sendo os requisitos para alcançar cada um dos objetivos⁴⁰. Pareceu-nos também importante fazer perguntas com algum pormenor uma vez que só através deste desafio iríamos conseguir perceber se realmente há conhecimento sobre esta matéria e se os Municípios estão ou não a cumprir os ODS na sua amplitude. Em nenhum momento foi explicado o contexto das questões, para além do enquadramento dos ODS. Os objetivos foram também separados por temas⁴¹, nomeadamente, Pessoas,

³⁹ Informação disponível em [A Democracia Portuguesa - XXII Governo - República Portuguesa \(portugal.gov.pt\)](http://A.Democracia.Portuguesa-XXII.Governo-República.Portuguesa(portugal.gov.pt)), consultado em 08/12/2020.

⁴⁰ [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU Portugal \(unric.org\)](http://Objetivos.de.Desenvolvimento.Sustentável-ONU.Portugal(unric.org)), consultado em 24/05/2021, às 15h.

⁴¹ [14966Portugal\(Portuguese\)2.pdf \(un.org\)](http://14966Portugal(Portuguese)2.pdf(un.org)), consultado em 24/05/2021, às 15h.

Prosperidade, Planeta, Paz e Parcerias (Imagem 4) e, neste sentido, iremos apresentar o estudo de acordo com estes grupos.

Imagem 3 - Organização Temática dos ODS



Fonte: Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (14966Portugal(Portuguese)2.pdf (un.org))

4.2 Metodologia

Para este trabalho foi elaborado um questionário construído em *Google Forms*, com 69 questões relativamente à sustentabilidade e aos 17 ODS, que foi enviado aos 308 Municípios Portugueses, em 3 de dezembro de 2020. Tendo em conta a fase pandémica que atravessamos, reencáminhamos o mesmo questionário em 07 de janeiro de 2021. As respostas foram recebidas entre dezembro de 2020 e março de 2021.

Do universo dos 308 Municípios, obtivemos uma amostra de 52 respostas, correspondendo a uma taxa de resposta de 16,88%.

Questionados os Municípios sobre a estimativa de habitantes nos seus concelhos no mês em dezembro de 2020, obtivemos uma estimativa de 1.420.468 de habitantes, correspondendo a uma média de 13,81% (Número de habitantes em Portugal 10.286.300⁴²). Assim, na Tabela 1, segue a lista dos Municípios que responderam ao questionário com a estimativa do número de habitantes.

Tabela 1 – Estimativa do número de habitantes

⁴² Dados retirados do site [PORDATA - Base de Dados de Portugal](https://www.pordata.gov.pt/), consultado em 26/04/2021, às 12h)

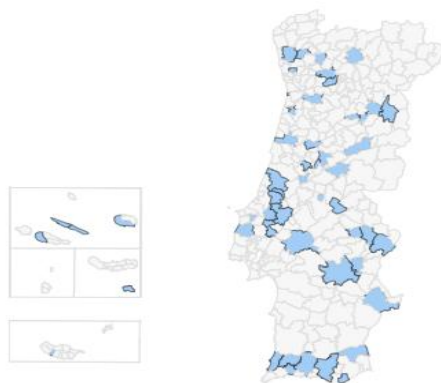
A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses

Município de	Estimativa do número de habitantes	Município de	Estimativa do número de habitantes
Alcoutim	2 500	Leiria	125 267
Aljezur	5 594	Loulé	68 000
Alvaiázere	6 900	Madalena do Pico	6 049
Amarante	56 264	Monchique	6 000
Angra do Heroísmo	35 402	Monforte	3 300
Arouca	22 000	Moura	15 000
Azambuja	21 000	Oleiros	5 000
Baião	18 820	Olhão	Sem dados
Barcelos	100 000	Penacova	13 800
Batalha	15 805	Penalva do Castelo	7 145
Bombarral	13 000	Penela	6 000
Braga	182 299	Pinhel	9 800
Calheta	3 773	Ponta do Sol	8 500
Cantanhede	36 450	Portimão	55 000
Castanheira de Pera	2 600	Porto de Mós	24 500
Coruche	17 400	Redondo	6 350
Covilhã	48 000	Rio Maior	21 000
Elvas	22 000	Santarém	62 200
Espinho	31 000	Sardoal	4 000
Estarreja	26 000	Silves	36 636
Évora	55 053	Torres Vedras	80 000
Fafe	50 000	Trancoso	8 800
Fornos de Algodres	4 700	Trofa	39 000
Fronteira	3 000	Velas-Açores	5 200
Gavião	3 400	Vila do Porto	5 000
Góis	3 961	Vila Pouca de Aguiar	12 000
Total			1 420 468

Fonte: *Elaboração própria*

Para uma melhor percepção dos concelhos que nos responderam, segue o mapa retirado do PORDATA - Base de Dados dos Municípios onde os concelhos desta amostra estão marcados a azul.

Imagem 4 – Mapa dos Municípios da amostra do trabalho



Fonte: Mapa de Portugal do site [PORDATA - Base de Dados dos Municípios](#)

4.3 Descrição do Inquérito realizado

*“Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”*⁴³, diz a nossa Constituição da República Portuguesa, no seu Princípio da Igualdade, e foi isso que, conjuntamente com o objetivo deste trabalho, quisemos saber. Haverá por parte dos Municípios medidas que executem este princípio social tão intrínseco ao tema das pessoas dos ODS? Tendo em consideração que todos estes objetivos devem ser cumpridos até 2030, tentamos compreender quais as medidas tomadas diretamente às pessoas, nomeadamente, qual a estimativas de pessoas que vivem com menos de 1 euro por dia, quais as medidas tomadas pelos Municípios para erradicar a pobreza e a fome, assim como quais as preocupações sobre o bem-estar da população, quais os serviços de saúde e educação que têm disponível, se existe igualdade de género e o acesso a serviços básicos e essenciais, tal como a água potável e o saneamento. Engloba os ODS 1 – Erradicar a pobreza, ODS 2 – Erradicar a fome, ODS 3 – Saúde de qualidade, ODS 4 – Educação de Qualidade, ODS 5 – Igualdade de género e ODS 6 – Água potável e saneamento.

De acordo com o Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – Portugal, este tema traduz a determinação em erradicar

⁴³ [Constituição da República Portuguesa \(parlamento.pt\)](#), consultado em 27/05/2021, às 10h

a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantie que todos possam realizar o seu potencial no respeito da dignidade e igualdade, num ambiente saudável.

Prosperidade, “*Característica, particularidade ou condição do que ou de quem é próspero; situação de desenvolvimento, melhoria ou crescimento; Designação de sucesso, bonança ou ventura; circunstância positiva ou favorável; Denominação de situação ou circunstância repleta de abundância, fartura, profusão ou riqueza; ampliação ou aumento de bens materiais.*”⁴⁴, Portugal caminha para um país próspero? Que energias renováveis e acessível temos nos nossos concelhos e que uso lhes estará a ser dado, estaremos a caminhar para um crescimento económico tendo em consideração o trabalho digno e a sustentabilidade económica, social e ambiental? Existirão nos concelhos empreendedores e os Municípios oferecem condições de trabalho? Quais os apoios que os nossos Municípios dão a nível industrial, de inovação e infraestruturas, tanto aos empresários, como aos residentes? Existe discriminação profissional em função do sexo, raça ou etnia? Engloba os ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis, ODS 8 – Trabalho digno e crescimento económico, ODS 9 – Indústria, inovação e infraestruturas e ODS 10 – Reduzir as desigualdades.

No referido relatório dos ODS - Portugal, este tema é referido como uma garantia de que todos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, assegurando que o desenvolvimento económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

John Kennedy, em 1963, num discurso refere “*O laço essencial que nos une é que todos habitamos este pequeno planeta. Todos respiramos o mesmo ar. Todos nos preocupamos com o futuro dos nossos filhos. E todos somos mortais.*”⁴⁵ e assim entramos no terceiro tema, o Planeta. Este tema engloba os ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 – Produção e consumo sustentáveis, ODS 13 – Ação climática, ODS 14 – Proteger a vida marinha e ODS 15 – Proteger a vida terrestre.

O Relatório Português dos ODS descreve este tema como um reforço à convicção da necessidade de se proteger o planeta da sua degradação, incluindo através de padrões sustentáveis de consumo e produção, da gestão sustentável dos recursos naturais e de

⁴⁴ Significado de Prosperidade - O que é, Sinónimos e Conceito no Dicionário (lexico.pt), consultado em 27/05/2021, ÀS 10H30

⁴⁵ O laço essencial que nos une é que... John Kennedy - Pensador, consultado em 27/05/2021, às 12h.

medidas urgentes para se combater as alterações climáticas, atendendo às necessidades das gerações presentes e futuras.

Assim, quisemos perceber se os Municípios têm medidas de proteção e acessibilidades para os habitantes, se tentam combater o uso de plástico, se promovem a troca de roupa e brinquedos, quais as medidas de sustentabilidade ambiental têm implementadas.

*“A Paz não pode ser mantida à força. Somente pode ser atingida pelo entendimento”*⁴⁶

Albert Einstein. Paz, é o penúltimo tema, que engloba apenas o ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes. Neste ODS procuramos saber se os concelhos asseguram a paz social e económica, assim como se fomentam o ambiente de paz entre os habitantes. O já referido relatório, salienta a determinação da promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência, e recordando que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento sustentável.

Parcerias, são *“Associação ou sociedade de indivíduos que tem por fim a preservação de interesses comuns. Associação cujos sócios só são responsáveis pela parte com que entraram e só lucram na proporção dessa mesma parte”*⁴⁷. Engloba o ODS 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos. O relatório Português de implementação dos ODS descreve como sendo os meios necessários para a implementação da Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, fortalecendo-se o espírito de solidariedade global, com ênfase nos mais pobres e mais vulneráveis, e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas, não deixando ninguém para trás.

Quisemos saber no questionário se existe colaboração intermunicipal e disponibilidade para adaptação a esta “nova” realidade de um planeta mais sustentável.

4.4 Resultados obtidos

Os ODS foram instituídos pela ONU como um apelo universal para proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham dignidade. A meta principal é a criação de um

⁴⁶ *A paz não pode ser mantida à força. Somente pode ser atingida ...* (kdfrases.com), consultado em 27/05/2021, às 14h.

⁴⁷ *parceria | Definição ou significado de parceria no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa* (infopedia.pt), consultado em 27/05/2021, às 14h15.

conjunto de objetivos que conduzam os governos, empresas e sociedades para um mundo mais sustentável e inclusivo. Neste trabalho, percebemos que 90,38% dos Municípios da nossa amostra diz ter conhecimento dos ODS (Gráfico 1),



Gráfico 1 – Municípios com conhecimentos sobre ODS

Iniciámos o inquérito com o tema das Pessoas e iniciamos, como seria de esperar, com o ODS 1 – erradicação da pobreza. Assim, tentamos compreender qual o nível de pobreza e quais as medidas implementadas pelos Municípios na tentativa de cumprir este objetivo, que pela sua sensibilidade se torna de uma importância extrema, tal como o ODS 2 – erradicar a fome.

Todos os Municípios que responderam ao inquérito consideram ter medidas adotadas para erradicar a pobreza. De entre as opções que apresentamos como medidas de combate à pobreza, obtivemos que 83% dos Municípios apoia financeiramente as famílias carenciadas e 81% isenta o pagamento das refeições escolares aos alunos carenciados. Pouco mais de metade dos Municípios considera ter ajuda alimentar pelo Banco Alimentar Contra a Fome, conforme verificamos no Gráfico 2.

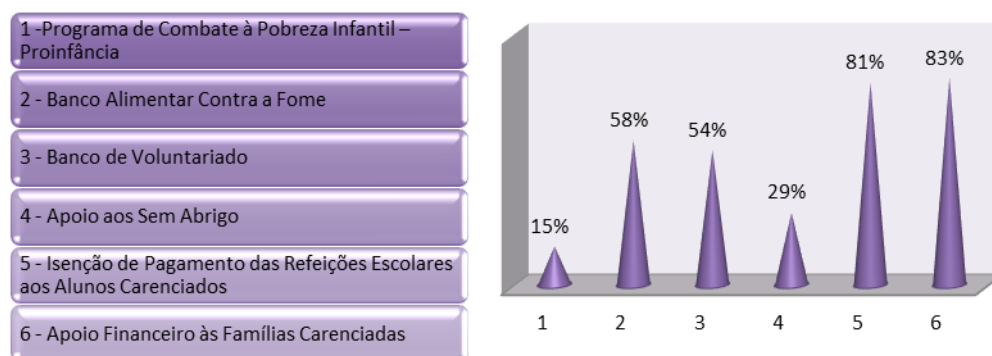


Gráfico 2 - Medidas aplicadas para erradicação da pobreza nos concelhos

Ainda no contexto do ODS 1, e sabendo que uma das metas é erradicar a pobreza extrema em todos os lugares, atualmente avaliada como o número de pessoas que vivem

com cerca de 1 euro por dia⁴⁸, questionámos os Municípios sobre o conhecimento que teriam nos seus concelhos sobre esta pobreza extrema. Os resultados obtidos não deixam de ser preocupantes, no sentido em que, quase metade, 44,23%, não tem conhecimento da realidade do concelho. Dos restantes, 51,92%, admite que uma percentagem entre 0 e 20% da população viverá com menos de 1 euro por dia.

Sobre o desperdício alimentar e a sensibilização de cada Município sobre esta realidade, questionámos sobre a realização de campanhas ou formações para aproveitamento de bens alimentares, nomeadamente em restaurantes, cafés ou supermercados. Obtivemos uns impressionantes 86,5% de Municípios que não têm qualquer sensibilização nesta área. Ressalvamos os Municípios de Azambuja, Braga, Fornos de Algodres, Loulé, Madalena do Pico, Portimão, Torres Vedras como exemplos desta amostra que revelam preocupações nesta área tão importante do desperdício alimentar.

Ainda na área alimentar, no seguimento da erradicação da fome, e dentro das metas do ODS 2, questionámos sobre a existência de hortas comunitárias nos concelhos, onde 71,2% dos Municípios responde não ter hortas comunitárias enquanto 28,8% afirma ter. Destes 28,8% que afirmam ter hortas comunitárias, 23,1% estimam que as utilizações destas hortas estejam cultivadas entre 0 a 20%, e apenas 9,6% estimam que a utilização seja dentro do intervalo 81 a 100%. Uma utilização de hortas comunitárias muito abaixo daquilo que seria expectável nos tempos de crise humanitária que o mundo atravessa. Não sabemos se esta fraca adesão se prende com a falta de incentivo ou se com a falta de interesse.

A existência de hospitais ou centros de saúde nos concelhos foi uma das metas escolhidas por nós sobre o ODS 3 – Saúde de qualidade. Verificámos que todos os Municípios da amostra têm hospital ou centro de saúde nos concelhos, contudo 71,2% não tem acesso às várias especialidades de medicina na rede pública de saúde sem sair do concelho, os restantes 28,8% têm este acesso.

Sobre outra meta importante neste ODS, que são as medidas que cada Município toma no sentido de assegurar a vida saudável e o bem-estar da população, todos os

⁴⁸ Dados retirados do site [1. ERRADICAR A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES | ODS](#), consultado em 27/06/2021, às 9h20.

Municípios da amostra mostraram ter esta preocupação. O Gráfico 3 evidencia esta situação:

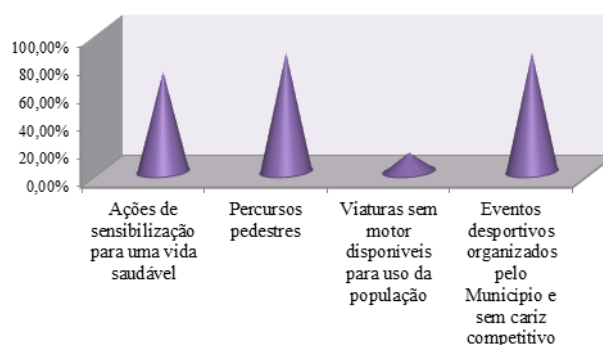


Gráfico 3 – Medidas para assegurar a vida saudável e bem-estar da população

Sobre o ODS 4 – Educação de qualidade, e questionados sobre se os Municípios dispõem de mecanismos que permitam a todos os estudantes do ensino obrigatório ter acesso à educação, no Gráfico 4, verificamos que 50 Municípios dizem que sim, 2 dizem que não.

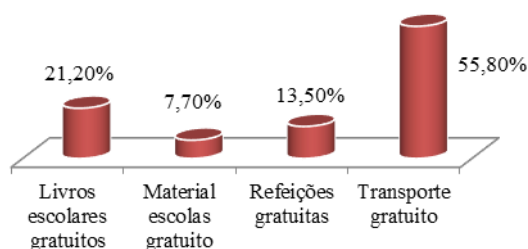


Gráfico 4 - Mecanismos adotados de acesso à educação

A estimativa apresentada pelos Municípios sobre a taxa de alfabetismo nos concelhos leva-nos a concluir que praticamente toda a população sabe, no mínimo, ler e escrever. Metade dos Municípios estimam que existam até 20% de empreendedores nos concelhos, enquanto que apenas 1,9% estimam que existam entre 61 a 80% de empreendedores. A estimativa do empreendedorismo reflete-se no Gráfico 5,

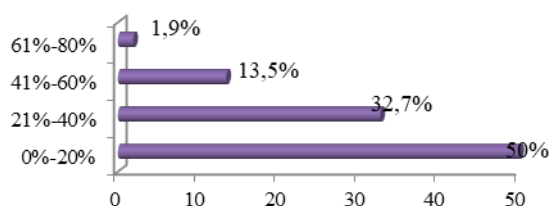


Gráfico 5 - Intervalo estimado de empreendedores nos concelhos

A igualdade de género - ODS 5, foi questionado aos Municípios através de três perguntas incluídas nas metas deste ODS, nomeadamente, se os Municípios promovem campanhas de estímulo à denúncia de violência doméstica, qual a estimativa do número de mulheres que trabalham no quadro efetivo de cada Município e se têm conhecimento de casos de casamentos prematuros, forçados ou envolvendo crianças.

Sobre as campanhas de estímulo à denúncia de violência doméstica, 11,5% dos Municípios não efetua nenhuma campanha, e 88,5% realiza campanhas.

A estimativa de mulheres que trabalham no quadro efetivo dos Municípios da amostra está refletida no Gráfico 6, onde verificamos que metade dos quadros do Municípios é composto por mulheres:

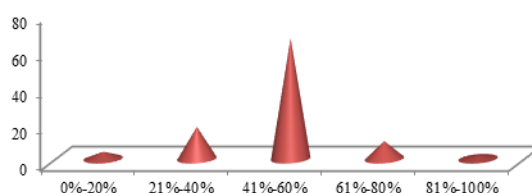


Gráfico 6 - Estimativa de mulheres que trabalham no quadro do Município

Sobre se têm conhecimento de casamentos de casos de casamentos prematuros, forçados ou envolvendo crianças, obtivemos o seguinte resultado (Gráfico 7),

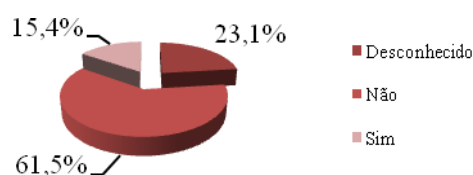


Gráfico 7 – Conhecimento sobre casamentos prematuros, forçados ou que envolvam crianças

O ODS 6 – Água potável e saneamento, questionámos sobre a estimativa de população do Concelho com acesso a água potável, obtivemos que 84,6% dos concelhos fornecem os serviços de abastecimento de água a mais de 81% da população (Gráfico 8):

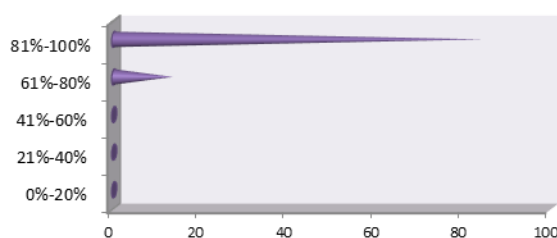


Gráfico 8 – Acesso a água potável

Sobre o acesso à rede pública de saneamento, obtivemos que 61,5% dos concelhos considera ter rede em mais de 81% do concelho, no entanto, 9,6% dos Municípios considera que a rede pública de saneamento abrange apenas entre 21% a 40% do concelho (Gráfico 9):

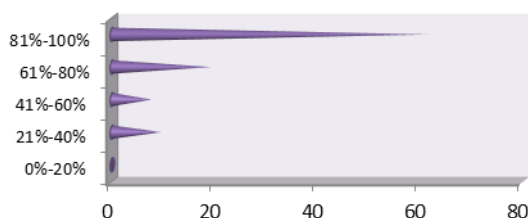


Gráfico 9 – Acesso à rede de saneamento

Quanto à promoção por parte do Município de medidas de proteção e restauração dos ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos, 19,2% diz que não e 80,8% diz que sim.

Dos 80,8% que respondeu que sim, obtivemos a seguinte distribuição (Gráfico 10):

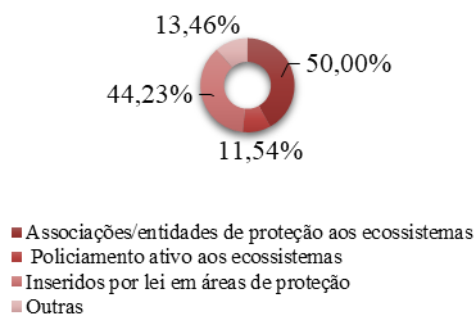


Gráfico 10 – Medidas de proteção aos ecossistemas

Entramos agora no tema da Prosperidade, com o ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis. Iniciámos por questionar a existência de energia sustentável no abastecimento dos edifícios públicos, 30,8% diz que sim e 69,2% diz que não. Ressalvamos os Municípios de Baião, Batalha, Bombarral, Braga, Coruche, Espinho, Góis, Olhão, Penacova, Penalva do Castelo, Pinhel, Ponta do Sol, Rio Maior, Silves, Torres Vedras e Vila Pouca de Aguiar como exemplo do uso de energias sustentáveis nos edifícios municipais.

Sobre a iluminação pública, 36,5% dos concelhos da amostra é abastecida por energia sustentável e os restantes não. Amarante, Baião, Braga, Castanheira de Pera, Coruche, Covilhã, Espinho, Góis, Madalena do Pico, Oleiros, Olhão, Penacova, Penalva do

Castelo, Pinhel, Redondo, Rio Maior, Silves, Torres Vedras, Vila Pouca de Aguiar, são exemplos de concelhos que utilizam a energia sustentável na iluminação pública.

Pelos dados recolhidos obtivemos que a média do valor anual pago, em 2019, em energia elétrica, incluindo todos os contratos em nome das Câmaras Municipais da amostra é de 855.050,35 euros.

Os Municípios da amostra que têm fontes de energia sustentável nos concelhos estão refletidos na Tabela 2.

Tabela 2 - Municípios com fontes de energia sustentável

Município	Não	Sim	Município	Não	Sim
Alcoutim	0	1	Leiria	0	1
Aljezur	0	1	Loulé	0	1
Alvaiázere	0	1	Madalena do Pico	0	1
Amarante	0	1	Monchique	0	1
Angra do Heroísmo	1	0	Monforte	1	0
Arouca	0	1	Moura	0	1
Azambuja	0	1	Oleiros	0	1
Baião	1	0	Olhão	0	1
Barcelos	0	1	Penacova	0	1
Batalha	0	1	Penalva do Castelo	0	1
Bombarral	0	1	Penela	0	1
Braga	0	1	Pinhel	0	1
Calheta	0	1	Ponta do Sol	0	1
Cantanhede	0	1	Portimão	0	1
Castanheira de Pera	0	1	Porto de Mós	0	1
Coruche	0	1	Redondo	1	0
Covilhã	0	1	Rio Maior	0	1
Elvas	0	1	Santarém	0	1
Espinho	0	1	Sardoal	1	0
Estarreja	0	1	Silves	0	1
Évora	0	1	Torres Vedras	0	1
Fafe	0	1	Trancoso	0	1
Fornos de Algodres	0	1	Trofa	1	0
Fronteira	1	0	Velas-Açores	1	0
Gavião	1	0	Vila do Porto	0	1
Góis	0	1	Vila Pouca de Aguiar	0	1
			Total	9	43

Fonte: Elaboração própria

Sendo as fontes de energia sustentável nos concelhos as referidas no Gráfico 11,

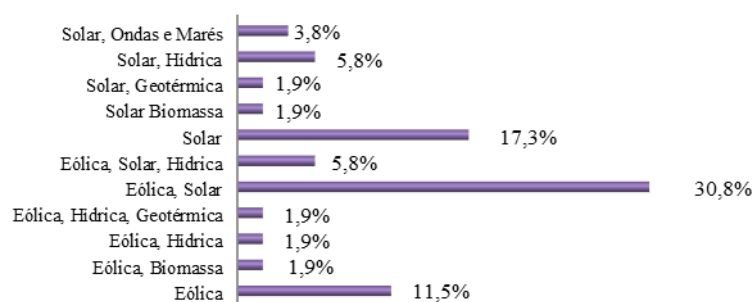


Gráfico 11 – Fontes de energia sustentável

Dentro das metas do ODS 8 – Trabalho digno e crescimento económico, questionámos sobre a existência de políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, a criação de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, e incentivo a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros, 3,8% Municípios responderam que não têm políticas neste sentido e os restantes 96,2%, responderam que sim. Aos Municípios que responderam positivamente, foram colocadas opções sobre as medidas que apresentam para este ODS, assim, obtivemos as seguintes respostas (Gráfico 12):

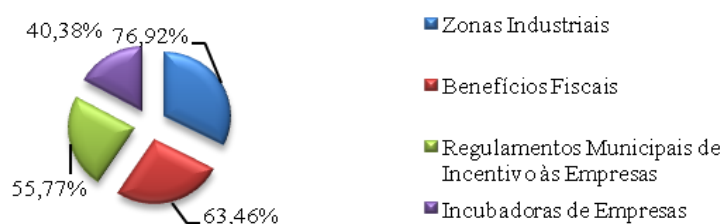


Gráfico 12 – Formas de apoio às atividades produtivas

Sobre a taxa de desemprego nos concelhos, obtivemos que, 78,84% dos concelhos refere que apenas entre 0 e 20% da população está desempregada e nenhum concelho refere que 81 a 100% da população está desempregada (Tabela 3):

Tabela 3 – Taxa de desemprego

Intervalo Taxa Desemprego	% Estimada
0%-20%	78,84%
21%-40%	15,40%
61%-80%	3,84%
81%-100%	0,00%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas, e questionados os Municípios sobre o fornecimento de internet gratuita no concelho, 86,5% diz que dá acesso gratuito a uma percentagem entre 0 e 20% de todo o concelho, 21,15% refere que dá acesso a uma percentagem do concelho entre 21 e 40% e 15,38% não dá acesso a internet gratuita. As percentagens completas constam na Tabela 4,

Tabela 4 – Acesso gratuito à Internet

Intervalo (%) do Concelho Abrangida pela Internet Gratuita	Estimativa dos Municípios
0%-20%	53,84%
21%-40%	21,15%
41%-60%	3,84%
61%-80%	1,92%
81%-100%	3,84%
Não se aplica	15,38%

Fonte: Elaboração própria

Também sobre as metas deste ODS, questionamos se existiu por parte do Município no último ano, apoio financeiro, tecnológico ou técnico, aos países africanos, ou aos países menos desenvolvidos, ou aos países em desenvolvimento, ou aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. 88,5% não apoiou e 11,5% apoiou, sendo este apoio por parte dos Municípios de Angra do Heroísmo, Azambuja, Batalha, Covilhã, Oleiros e Torres Vedras.

A nível do concelho, questionamos se nos últimos 5 anos os Municípios tinham desenvolvido infraestruturas de qualidade, confiança, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando-se no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos, a maioria diz que sim, 88,5% e os restantes 11,5% diz que não. Dos Municípios que disseram que sim, e questionados dentro das opções, obtivemos (Gráfico 13):

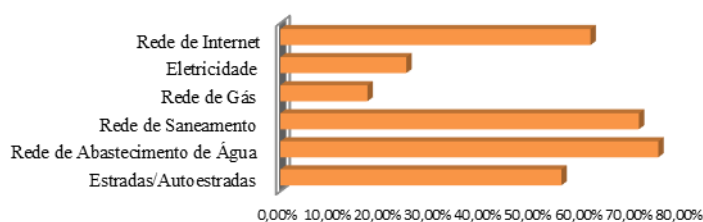


Gráfico 13 – Infraestruturas construídas nos últimos 5 anos

Relativamente ao ODS 10 – Reduzir as desigualdades, foram colocadas 3 questões:

1 - O Município tem algum trabalhador com deficiência? 94,20% dos Municípios responde que sim e os restantes respondem que não.

2 - O Município tem trabalhadores das várias raças? Nesta questão, obtivemos que 55,80% dos Municípios diz que tem e os restantes 42,30 diz que não.

3 - O Município tem trabalhadores das várias etnias? Na última questão, 69,20% dos Municípios responde que não tem funcionários das várias etnias e os restantes 30,80, responde que tem.

Os resultados estão refletidos no Gráfico 14:

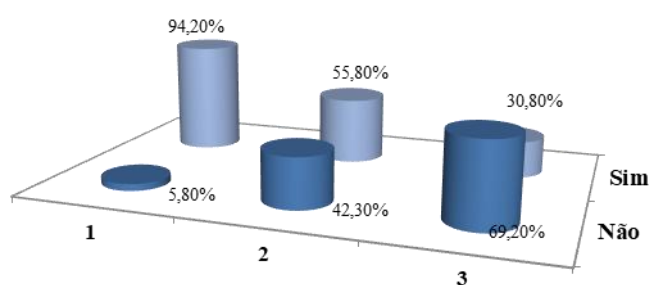


Gráfico 14 – Reduzir as desigualdades

Sobre a igualdade no tratamento no atendimento público, quisemos saber se existia algum regulamento que fundamentasse e prevenisse essa situação. 71,2% dos Município não tem essa situação regulamentada, os outros 28,8% têm.

O ODS 11 – Cidades e comunidades dá o mote para o início do tema Planeta e dentro das metas, começamos por perguntar se consideravam que existe proteção policial ativa nos seus concelhos, quase a totalidade diz que sim, (98,1%).

Sobre a existência de transportes públicos em todo o concelho, temos os resultados no Gráfico 15,

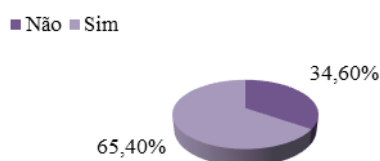


Gráfico 15 – Transportes públicos em todo o Concelho

Questionado sobre se medem a qualidade do ar mais do que uma vez por ano, obtivemos a seguinte distribuição (Gráfico 16):

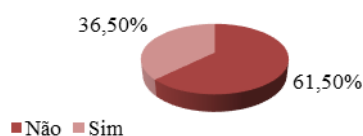


Gráfico 16 – Medição da qualidade do ar

No ODS 12 – Produção e consumo sustentáveis e de acordo com as metas, questionamos se promoviam campanhas que desaconselhassem o uso de plástico, verificamos que 25% dos Municípios ainda não o fazem e 75% fazem. Todos os Municípios incentivam à reciclagem, nomeadamente, colocando ecopontos acessíveis a toda a população. Sobre o reaproveitamento de roupas e brinquedos através de campanhas, apenas 59,6% dos Municípios promove esta iniciativa, 40,4% não.

Já no ODS 13 – Ação climática, questionados sobre a implementação de campanhas de sensibilização para a redução do uso de energia e água, bem como dos cuidados a ter com o planeta, a maioria diz que sim (Gráfico 17).

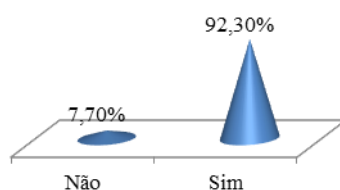


Gráfico 17 – Campanhas sensibilização cuidados com o planeta

Em caso de catástrofes naturais, 84,6% diz ter procedimentos aprovado para adotar, 15,4% diz que não, conforme Gráfico 18:

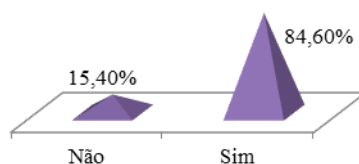


Gráfico 18 – Procedimentos em caso de catástrofes

Sobre se o Município tem conhecimento da existência de fiscalização nos seus concelhos, no âmbito ambiental, obtivemos a distribuição apresentada no Gráfico 19:

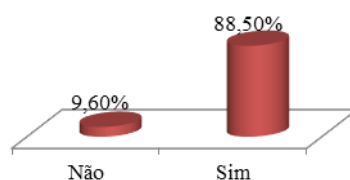


Gráfico 19 – Fiscalização ambiental

No ODS 14 – Proteger a vida marinha, fizemos as seguintes questões:

1- O Município implementa medidas de conservação e uso sustentável dos oceanos, mares, rios e recursos marítimos para o desenvolvimento sustentável, mantendo-os limpos? 67,30% responde que implementa e os restantes 30,80%, responde que não.

2 - Considera que existe por parte da população, o cuidado adequado com a manutenção da limpeza dos rios e oceanos, não os poluindo? Nesta questão, um Município não respondeu, 50% dos Municípios considera que não e os restantes 48,10% considera que sim.

3 – O Município tem conhecimento se existe sobrepesca ou pesca ilegal nos rios ou oceanos do concelho? A maioria, 78,80% não tem conhecimento.

Os resultados constam no Gráfico 20.

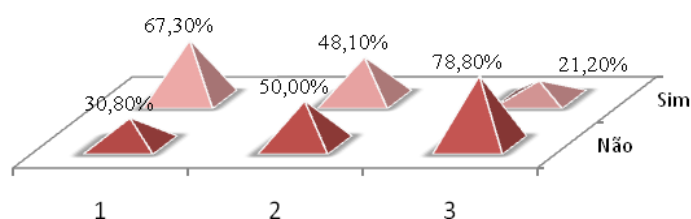


Gráfico 20 – Proteção à vida marítima

No ODS 15 – Proteger a vida terrestre, questionamos se os Municípios fazem a gestão sustentável de todos os tipos de florestas, nomeadamente, a deflorestação e a restauração de florestas degradadas, 59,60% diz que sim e 40,40% diz que não. Sobre a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, questionámos se consideravam esta questão um fator descontrolado no concelho, 9,60% considera ser e 90,40% não considera. Para finalizar este ODS, a questão foi se os Municípios impõem medidas para reduzir a degradação de habitat naturais, travar a perda de biodiversidade e proteger e evitar a extinção das espécies ameaçadas, a maioria, 69,20%, considera que sim e os restantes 30,80% considera que não.

O tema da Paz engloba apenas o ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes. Neste tema perguntamos sobre a existência de algum tipo de assessoria jurídica gratuita para organizações sociais e pessoas com fracos rendimentos, 44,23% diz que não tem assessoria, e 55,77% diz que tem. Sobre a existência de eventos públicos e gratuitos que fomentem a Paz, 40,38% não realiza eventos, 59,62% realiza.

Finalizamos o inquérito com o último tema, Parcerias, com o ODS 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos:

1 – Considera que existe parceria entre os concelhos para apoiar causas de desenvolvimento social? Nesta questão, a maioria, 84,60% considera que sim, 15,40% considera que não.

2 – O Município colabora com alguma associação intermunicipal de desenvolvimento sustentável? 63,50% dos Municípios da amostra colaboram em alguma associação, 36,50% não colaboram.

Os resultados constam no Gráfico 21.

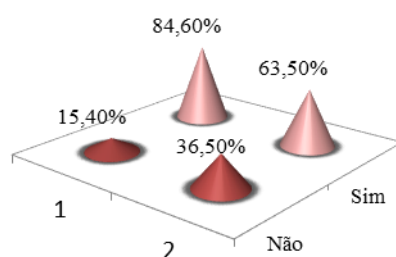


Gráfico 21 - Parcerias

Para terminar o questionário, quisemos saber se os Municípios apresentavam o Relatório de Sustentabilidade. Da amostra, 23,10% apresenta, e sendo que os restantes 76,90% não apresenta. E questionados sobre caso não cumprissem com os ODS, estariam disponíveis para fazer as adaptações necessárias, 98,08% diz que sim e 1,92% diz que não.

Salientamos a Câmara Municipal de Évora pela alteração da iluminação pública para a tecnologia LED e regulação dos níveis de iluminação em função da hora e do uso das vias públicas, à semelhança do que já está implementado em Barcelona (que é uma *Smart Citie*). Pelo reaproveitamento da água proveniente das nascentes que são

encaminhadas pelo Aqueduto da Água da Prata para rega de espaços verdes e das hortas urbanas, onde se começa a perceber a tentativa de económica circular. E por fim, ainda relativamente à Câmara Municipal de Évora, enalteçamos a integração na rede internacional “Mayors for Peace⁴⁹” (tal como todos os Municípios Portugueses que verificamos que fazem parte desta rede), bem como os eventos de promoção de Paz que desenvolvem, nomeadamente, o “100 Aniversário do Armistício – Évora pela Paz”, a exposição “Defender a Paz contra as Armas Nucleares”, e a integração na Associação Internacional das Cidades Educadoras que tem também como tema central a construção da Paz.

Tendo em consideração a atual situação de pandemia, e todos os constrangimentos que daqui resultaram, ressaltamos os Municípios de Braga e Loulé que fornecem internet gratuita a mais de 80% dos concelhos, o que se deve ter revelado uma mais valia nesta fase e, também, o será no futuro.

4.5 – Análise Bivariada

Na expectativa de compreender se os Concelhos com fontes de energia sustentável utilizam esta fonte nos edifícios municipais, aplicamos o coeficiente de Cramer como forma de medir a associação entre estas duas questões, no entanto o valor foi de 0,160, o que se conclui que não há relação entre as duas variáveis.

Ainda na expectativa de compreender se utilizariam essas fontes de energias, desta vez, na iluminação pública, foi aplicado o mesmo coeficiente e o resultado pouco melhor, 0,327, concluindo que a relação entre variáveis é muito fraca.

Para tentar compreender se existia parceria entre os concelhos, relacionamos a questão “Considera que existe parceria entre Concelhos para apoiar causas de desenvolvimento social?”, com a questão “O Município colabora com alguma associação intermunicipal de desenvolvimento sustentável?”, o resultado foi de 0,390, novamente verificamos que a relação entre as variáveis é muito fraca.

Entre as questões, “Considera que existe parceria entre Concelhos para apoiar causas de desenvolvimento social?”, e a questão “O Município colabora com alguma associação

⁴⁹ [Mayors for Peace](#), consultado em 07/06/2021, às 15h.

intermunicipal de desenvolvimento sustentável?”, e na expectativa de compreender, no caso de existirem parcerias, se os municípios colaboram, o valor do coeficiente de Cramer é de 0,390, o que significa uma relação muito fraca entre as variáveis.

De todas as relações que tentamos obter, concluímos que não há relação entre as variáveis, não sendo possível concluir nada.

4.6 Discussão de Resultados

Em primeiro lugar, salientamos o facto do número reduzido de respostas ao nosso inquérito. Embora, à primeira vista, consigamos justificar a fraca adesão devido à pandemia que o mundo atravessa e por esse motivo, podemos considerar a falta de tempo por parte de alguns Municípios, recordamos a pesquisa global efetuada entre 2016 e 2019 pela UCLG aos Municípios de 80 países, onde surgiu o Relatório *Towards the Localization of the ODS*. Neste último apenas 180 Municípios responderam e nessa fase não havia pandemia. Assim, não podemos garantir que esta baixa taxa de resposta se prende com a pandemia ou com o desinteresse pelo tema da sustentabilidade.

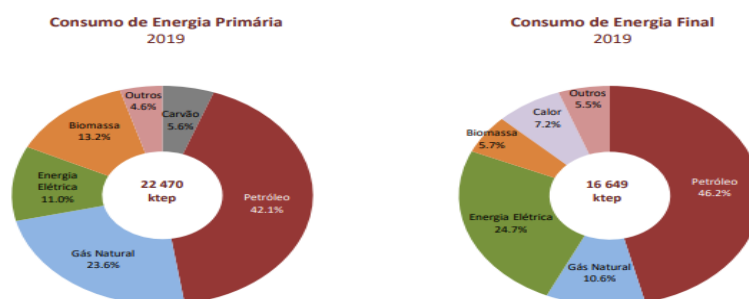
Lima, AM (2019), no “*O Relatório de Sustentabilidade dos Municípios Portugueses*” concluiu que a maioria dos Municípios fornece anualmente informação de sustentabilidade. Não sabemos a amostra do estudo efetuado pelo autor, no entanto, no nosso inquérito constatámos que 76,90% da nossa amostra, não apresenta o Relatório de Sustentabilidade.

Gupta, J., e Vegelin, C. (2016) referem que para atingir a sustentabilidade global, os países desenvolvidos devem ajudar os países em desenvolvimento, apenas 11,50% dos Municípios vai nesta premissa de ajuda internacional aos países africanos, menos desenvolvidos, em desenvolvimento ou aos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

No que se refere à sustentabilidade, Sodiq, A. et al. (2019), entendem que se deveria entrar numa economia circular e compreender que a sustentabilidade não é só ambiental, nem tão pouco, só reciclar. Estes autores consideram que a ideia da reciclagem, embora seja importante, já há muito que não é suficiente. Entendem que a economia circular é o passo essencial para a sustentabilidade. Cada Município deveria ser autosuficiente. No entanto, verificámos que, por exemplo, todos os Municípios têm

fontes de energia sustentável, sendo a eólica e a solar as mais frequentes, mas apenas 30,80% utiliza para abastecer os edifícios públicos e 36,50% para o abastecimento de iluminação pública. Em Portugal o consumo de gás natural está a aumentar, em 2019 foram consumidos 5.744.483Nm³⁵⁰ e a tendência é de crescimento, Portugal não produz petróleo, carvão, nem gás natural. O nosso país, conforme já referimos e conforme foi provado neste estudo, tem várias fontes de energia sustentáveis, no entanto continua a importar fontes de energia, pondo em causa não só a ideia fundamental da economia circular, como também o ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis. Retiramos do site Balanços Energéticos Nacionais (dgeg.gov.pt) os seguintes dados sobre o consumo de energia em Portugal em 2019, onde é claro que estamos muito longe de alcançar o ODS 7. Mais de metade do consumo de energia é proveniente do petróleo e do gás natural. Ambas fontes de energia importadas.

Imagem 3 - Fontes de consumo de energia em Portugal em 2019



Fonte: Tipos de energia e percentagem de consumo em Portugal ([dgeg-ben-2019.pdf](#))

Mais, 155 cidades Portuguesas assinaram o “*Global Covenant of Mayors for Climate and Energy*”, assumindo assim um compromisso para a redução de emissão de CO₂ para o ambiente, conforme o Acordo de Paris. O nosso estudo engloba uma questão sobre a medição de ar. Para que este compromisso possa ser cumprido, terão de existir várias medições do ar em cada concelho. 61,50% dos Município não faz qualquer medição do ar. No entanto, ressaltamos que apenas 18 dos Municípios da amostra assinaram este pacto.

Relativamente à pobreza e comparando os resultados obtidos no nosso estudo com o estudo efetuado pela UNDP ao nosso país, em 2020, constatou-se que a população que

⁵⁰ [Consumos \(dgeg.gov.pt\)](#), consultado em 11/06/2021, às 11h30

vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, com menos de 1 euro por dia, é de 0,4%. No entanto, na nossa amostra, verificamos que quase metade dos Municípios, 44,23% não tem conhecimento sobre esta realidade no concelho e 51,92% considera que é uma percentagem muito baixo de habitantes que vivem com esta realidade. Consideramos esta abstenção bastante preocupante, tendo em conta que os Municípios são quem melhor deveria conhecer as pessoas que escolheram lá habitar.

No ODS relativo ao acesso à água potável e saneamento, as respostas do nosso estudo vão de encontro à estatística da UNDP, quase a totalidade da população tem acesso a água potável e cerca de 85% tem acesso à rede de saneamento.

Oliveira, G. M., *et al.* (2020), referem a desigualdade dentro do nosso país, que é um país pequeno e essencialmente rural, podendo colocar em risco vários ODS. Verificámos o coeficiente de desigualdade humana, que de acordo com a UNDP, cifrou-se em 11,80% em 2020. O nosso estudo revela que 94,20% da amostra tem trabalhadores com deficiência, 55,80% tem trabalhadores de várias raças e 30,80% das várias etnias, ou seja, no que toca à desigualdade entre pessoas, parece-nos que estamos no bom caminho. Na saúde, todos os concelhos da amostra têm centros de saúde ou hospitais, no entanto, e de encontro a Oliveira *et al.* (2020), 71,20% não têm acesso às várias especialidades de medicina na rede pública sem sair do concelho, colocando o ODS 3 em risco.

Ainda o mesmo autor refere que o ODS 1 – Erradicar a Pobreza, ODS 2 – Erradicar a Fome, ODS 3 – Saúde de Qualidade, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 13 - Mudanças climáticas e ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre, são colocados em risco pelo flagelo dos incêndios que todos os anos assolam o nosso país que, de acordo com Oliveira *et al.* (2020), não é um assunto tratado com a seriedade necessária pelos governos locais. No ano de 2020, 28 pessoas por cada milhão, ficaram desabrigadas devido a desastres naturais. Da nossa amostra, 51 Municípios consideram ter medidas para assegurar a proteção dos mais vulneráveis e mais pobres e 1 Município considera não ter. Sendo que, 94,23% dos Municípios tem sempre funcionários preparados para o apoio social e psicológico e património para albergar a população desalojada, temporariamente. 84,6% dos Municípios tem procedimentos aprovados para adotar nestas situações. Ora, parece-nos que os Municípios têm soluções para o problema, mas indo de encontro ao autor, não existe a prevenção destas catástrofes naturais. Esta

salvaguarda que a maioria dos Municípios diz ter, prova, na nossa opinião, que não existe um plano de prevenção de catástrofes naturais, que no caso do nosso País, o mais frequente são os incêndios. Este descontrolo efetivamente poderá por em causa os temas Pessoas e Planeta destes ODS.

Speth G. (2015), Fischer, J., e Riechers, M. (2019), D'Adamo, I. *et al.* (2020), entendem que não se pode atingir a sustentabilidade ambiental, social e económica, sem antes mudar o ser humano. Por exemplo, o desperdício alimentar, que é um tema cada vez mais importante, nomeadamente na criação de sistemas alimentares circulares e sustentáveis, existindo várias campanhas e iniciativas mundiais, conforme já referimos, a *Milan Urban Food Policy Pact.*, assim como aplicações gratuitas para smartphones, por exemplo, *Phenix – Juntos, evitamos o desperdício alimentar em Portugal* e *Too Good to Go*. Ainda assim, verificamos que 86,50% dos nossos Municípios nada fazem neste âmbito, o que se revela, na nossa opinião, preocupante.

Em relação às campanhas de desaconselhamento ao uso de plástico, imposta pela UE, 75% dos Municípios já fazem, no entanto, campanhas de reaproveitamento de roupas e brinquedos, apenas 59,60% promove esta iniciativa. Mais uma vez vemos a diferença comportamental entre assuntos que são estimulados, neste caso, um por imposição e outro por afinidade.

Quanto à violência doméstica, 88,50% dos Municípios promove campanhas nesta área, uma área que todos sabemos que é mais estimulada por vários anúncios que passam na televisão e todos sabemos o poder que a televisão tem na formação de opiniões, tanto é que outro tema da mesma área, ou seja, casamentos prematuros, forçados ou envolvendo crianças, 61,50% dos Municípios desconhece a realidade do concelho e por conseguinte, nada faz nesse aspeto.

A proteção e restauração dos ecossistemas, a base da sustentabilidade, onde tudo começou, a sustentabilidade ambiental, 80,80% dos Municípios promove medidas neste sentido, 67,30% dos Municípios implementa medidas de conservação e uso sustentável dos oceanos, rios e recursos marítimos. No entanto, 50% da amostra considera que não existe por parte da população o cuidado adequado com a manutenção da limpeza dos rios e oceanos, não os poluindo. Não sendo admissível em 2021 ainda existir este tipo de comportamento por parte da população, que tanto critica as Câmaras Municipais, agora de forma facilitada, pelas redes sociais.

Assim como a sustentabilidade económica, nomeadamente o incentivo ao empreendedorismo, 96,20% dos Municípios tem políticas orientadas para o desenvolvimento económico. Obviamente que a economia é fundamental para o crescimento de cada concelho, e cada vez se fala mais na expressão “empreendedor”.

Em suma, os dados sugerem que o nosso país está longe de atingir as metas dos ODS, arriscando até referir que muitos Municípios não tenham conhecimento dos ODS, apenas promovem as campanhas e estimulam as políticas que são impostas, tanto pela UE, como pelas Instituições com parecerias com a ONU que promovem eventos relacionados com estas metas.

Ives, C.D., *et. al* (2020), referiram que não conseguimos mudar e preservar o ambiente, sem antes mudarmos as mentalidades dos seres humanos, não podemos continuar apenas a implementar aquilo que é imposto e que é obrigatório a nível da sustentabilidade. Os Municípios Portugueses são de facto as Instituições com maior facilidade nesta mudança de mentalidades e paradigmas, no sentido de trazer a mudança necessária para um futuro seguro, justo e sustentável. Parece-nos que existe alguma falta de conhecimento sobre este assunto por parte dos Municípios. No entanto, não sabemos se aplicar a sustentabilidade nos Municípios Portugueses será o melhor para cada realidade dos vários concelhos.

Tal como Oliveira, G. (2020) e Caldas, P. et al. (2020) referiram, Portugal é um País pequeno, principalmente rural, com uma diversidade considerável em termos geográficos e com Municípios muito diferentes, não sabendo se fará sentido aplicar os ODS conforme de forma igual em todos os Municípios.

Neste sentido, apresentamos vários exemplos de cidades sustentáveis e de cidades inteligentes. Conforme pudemos constatar, a aplicação das regras nestas cidades e que as torna detentoras destes conceitos, teve em consideração a realidade e o contexto de cada uma. Embora os resultados finais sejam os mesmos, não foram aplicadas regras de implementação gerais. Foi estudado o melhor método para cada uma tendo em conta a sua própria realidade. Demos como exemplo de sucesso estes casos apresentados como modelos de cidades sustentáveis e inteligentes, contribuindo para um mundo mais sustentável. Estes conceitos têm como principal objetivo o bem-estar da população e a proteção ambiental. Portugal ainda não tem nenhuma cidade sustentável, nem nenhuma cidade inteligente, no entanto, pareceu-nos importante transmitir neste trabalho algumas

das práticas e procedimentos adotados por este tipo de cidade para termos noção do caminho que ainda temos de percorrer.

CONCLUSÃO

A breve história sobre sustentabilidade, ajuda-nos a compreender que todo o ser humano só pode e deve ser contextualizado no tempo e no espaço. Aquilo que nos tempos atuais pode parecer uma explicação para o momento que atravessamos de pandemia, pelo esgotamento do planeta, pela falta de respeito pelo ser humano e pela “sede” económica, e que até nos pode levar a um certo desconforto pelo julgamento inconsciente do passado, provavelmente alguém no futuro também irá “apontar-nos o dedo” pelos erros que continuamos a cometer, ainda que achemos que não!

Os Municípios Portugueses são as Instituições com maior facilidade nesta mudança de mentalidades e paradigmas, no sentido de trazer a mudança necessária para um futuro seguro, justo e sustentável.

Os resultados do questionário mostram algumas evidências de que certos Municípios já começaram a implementar os ODS, embora muito ainda necessite de ser feito ao nível municipal neste domínio, na verdade, o contexto pandémico em que temos vivido, terá dificultado algumas iniciativas. Contudo, tal como a maioria dos autores (por ex., Hristov, I., e Chirico, A., 2019), entendemos que a mudança tem de ser imediata, porque se continuarmos da mesma forma, será também tarde para o nosso planeta.

Algumas cidades de Portugal têm condições para avançar para o conceito de cidade inteligente e inclusive, pelo que conseguimos averiguar, já existem algumas cidades a desenvolver projetos nesse sentido e com protocolos assinados, no entanto, não conseguimos aceder a informação oficial por serem projetos muito recentes. Congratulamos desde já esta iniciativa e no futuro tentaremos estudar o tema.

Importa referir que esta investigação tem limitações, por exemplo, a dimensão da amostra que é extremamente reduzida, à semelhança do que se verificou na pesquisa global efetuada entre 2016 e 2019 pela UCLG aos Municípios de 80 países, onde surgiu o Relatório *Towards the Localization of the ODS*, em que apenas 180 Municípios, do total dos países, responderam. Outra limitação, é não fazermos o estudo da evolução da

implementação dos ODS ao longo de vários períodos. Para trabalhos futuros será importante, para além de colmatar as limitações referidas, analisar também as razões justificativas da não implementação dos ODS em vários Municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adamo I, Falcone PM, Martin M, Rosa P. A Sustainable Revolution: Let's Go Sustainable To Get Our Globe Cleaner. *Sustainability*, 12 (11), P. 4387. <https://doi.org/10.3390/Su12114387>

Ahvenniemi, H., e Huovila, A. (2020). How Do Cities Promote Urban Sustainability And Smartness? An Evaluation Of The City Strategies Of Six Largest Finnish Cities. *Environment, Development And Sustainability*, 23, Pp. 4174-4200.

Alawadhi, S., Aldama-Nalda, A., Chourabi, H., Gil-Garcia, J. R., Leung, S., Mellouli, S. ... Walker, S. (2012). Building Understanding Of Smart City Initiatives. *Electronic Government*. 7443, Pp. 40-53.

Barbier, E. B., e Burgess, J. C. (2020). Sustainability And Development After COVID-19. *World Development*, 135, (105082).

Bibri, S. E., e Krogstie, J. (2020). The Emerging Data-Driven Smart City And Its Innovative Applied Solutions For Sustainability: The Cases Of London And Barcelona. *Energy Informatics*. 3, (1), Pp. 1-42.

Blassingame, L. (1998). Sustainable Cities: Oxymoron, Utopia, Or Inevitability?. *The Social Science Journal*, 35, (1), Pp. 1-13.

Bonfiglioli, Cristina Pontes. Sustentabilidade: Uma Palavra, Várias Significações. In: Di Felice, Massimo; Torres, Julliana Cutolo E Yanaze, Leandro Hey Higuchi. *Redes Digitais E Sustentabilidade: As Interações Com O Meio Ambiente Na Era Da Informação*. pp. 95-128.

Brundtland, G. H., e Comum, N. F. (1987). *Relatório Brundtland. Our Common Future: United Nations*. Disponível Em: http://www.are.admin.ch/imperia/md/content/are/nachhaltigeentwicklung/brundtland_bericht.pdf?PHPSESSID=289695b0936a8b083675eb99 (Wordpress.Com)

Caldas, P., Dollery, B., e Marques, R. C. (2020). Measuring What Matters In Local Government: A Municipality Sustainability Index. *Policy Studies*, Pp. 1-21.

Caldas, P., Ferreira, D. C., Dollery, B., e Marques, R. C. (2018). Municipal Sustainability Influence By European Union Investment Programs On The Portuguese Local Government. *Sustainability*, 10, (910), Pp. 1-23.

Carson, R. (2002). *Silent Spring*. Disponível Em: [Silent Spring - Rachel Carson - Google Livros](#)

Cavico, F. J., e Mujtaba, B. G. (2016). Volkswagen Emissions Scandal: A Global Case Study Of Legal, Ethical, And Practical Consequences And Recommendations For Sustainable Management. *Global Journal Of Research In Business & Management*, 4, (2), Pp. 303-311.

D'adamo, I., Falcone, P. M., Martin, M., E Rosa, P. (2020). A Sustainable Revolution: Let Us Go Sustainable To Get Our Globe Cleaner. *Sustainability*, 12, 4387, Pp. 1-5.

Devas, N., e Delay, S. (2006). Local Democracy And The Challenges Of Decentralising The State: An International Perspective. *Local Government Studies*, 32, (5), Pp. 677-695.

Elkington, J. (2004). Enter The Triple Bottom Line. *The Triple Bottom Line: Does It All Add Up*, 11(12), 1-16.

Fischer, J., e Riechers, M. (2019). A Leverage Points Perspective On Sustainability. *People And Nature*, 1 (1), Pp. 115-120.

Galli, A., Iha, K., Pires, S. M., Mancini, M. S., Alves, A., Zokai, G., ... e Wackernagel, M. (2020). Assessing The Ecological Footprint And Biocapacity Of Portuguese Cities:

Critical Results For Environmental Awareness And Local Management. *Cities*, 96, 102442, Pp. 1-11.

Giles-Corti, B., Lowe, M., e Arundel, J. (2020). Achieving The Sdgs: Evaluating Indicators To Be Used To Benchmark And Monitor Progress Towards Creating Healthy And Sustainable Cities. *Health Policy*, 124, (6), Pp. 581-590.

Gupta, J., e Vegelin, C. (2016). Sustainable Development Goals And Inclusive Development. *International Environmental Agreements: Politics, Law And Economics*, 16, (3), Pp. 433-448.

Hdr2020.Pdf (Undp.Org)

Higgins, C., Tang, S., e Stubbs, W. (2020). On Managing Hypocrisy: The Transparency Of Sustainability Reports. *Journal Of Business Research*. 114, Pp. 395-407.

Horton, R. (2014). Offline: Why The Sustainable Development Goals Will Fail. *The Lancet*. 383, (9936), P. 2196.

Hristov, I., e Chirico, A. (2019). The Role Of Sustainability Key Performance Indicators (Kpis) In Implementing Sustainable Strategies. *Sustainability*, 11 (20), 5742, Pp. 1-19.

<https://Cfi.Co/Awards/Europe/2020/Corticeira-Amorim-Best-Raw-Materials-Sustainability-Europe-2020/>, Consultado Em 15/01/2021, Às 09h40

<https://Data.Dre.Pt/Eli/Dec-Lei/89/2017/07/28/P/Dre/Pt/Html>, Consultada Em 14/01/2021, Às 14h15

<https://Www.Globalreporting.Org/About-Gri/Mission-History/>, Consultada Em 14/01/2021, Às 16h

Islam, M.A., (2017). Csr Reporting And Legitimacy Theory: Some Thoughts On Future Research Agenda. In M. Aluchna, S.O. Idowu (Eds.), *The Dynamics Of Corporate Social Responsibility: A Critical Approach To Theory And Practice*, Pp. 323-339.

Ives, C. D., Freeth, R., e Fischer, J. (2020). Inside-Out Sustainability: The Neglect Of Inner Worlds. *Ambio*, 49, (1), Pp. 208-217.

Kara, Y. (2019). Measuring The Sustainability Of Cities In Turkey With The Analytic Hierarchy Process. *Open Journal Of Social Sciences*, 7 (04), Pp. 322-334.

Kimmins, J. P. (1974). Sustained Yield, Timber Mining, And The Concept Of Ecological Rotation; A British Columbian View. *The Forestry Chronicle*, 50(1), Pp. 27-31.

Larkin, P. A. (1977). An Epitaph For The Concept Of Maximum Sustained Yield. *Transações Da American Fisheries Society*, 106(1), Pp. 1-11.

Leal Filho, W., Brandli, L. L., Lange Salvia, A., Rayman-Bacchus, L., e Platje, J. (2020). COVID-19 And The UN Sustainable Development Goals: Threat To Solidarity Or An Opportunity?. *Sustainability*, 12, (5343), Pp 1-14.

Lima, AM O Relatório De Sustentabilidade Dos Municípios Portugueses. *Occ*, 19 (2), 251-273. [49.Pdf \(Occ.Pt\)](#)

Lindskog, H. (2004). Smart Communities Initiatives. In *Proceedings Of The 3rd Isoneworld Conference*, (Pp. 14-16). Disponível Em: [SMART COMMUNITIES - EUROPEAN AND AMERICAN INITIATIVES \(Researchgate.Net\)](#)

Living On Earth. Wine Water Watch. (2015, N.D) *Steve Curwood Entrevista Gus Speth Sobre O Movimento Ambiental Tanto Como Um 'Insider' Anterior E Agora Como Um Reformista*. Boston. Disponível Em [“We Scientists Don’t Know How To Do That”.....What A Commentary! – Wine And Water Watch \(Winewaterwatch.Org\)](#)

Lopatta, K.; Buchholz, F. E Kaspereit, T. (2012), “Asymmetric Information And Corporate Social Responsibility”, Available At Ssrn

Macke, J., Sarate, J. A. R., e De Atayde Moschen, S. (2019). Smart Sustainable Cities Evaluation And Sense Of Community. *Journal Of Cleaner Production*, 239,118103, Pp. 1-8.

Madeley, J. (2015). Sustainable Development Goals. *Appropriate Technology*, 42, (4), Pp. 32-33.

Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J., e Behrens, W. W. (1972), Os Limites Para O Crescimento, *Green Planet Blues*, 25-29. Disponível Em: [Green Planet Blues: Critical Perspectives On Global Environmental Politics - Google Livros](#)

Moallemi, E. A., Malekpour, S., Hadjikakou, M., Raven, R., Szetey, K., Moghadam, M. M., ... e Bryan, B. A. (2019). Local Agenda 2030 For Sustainable Development. *The Lancet Planetary Health*, 3 (6), Pp. 240-241.

Naidoo, R., e Fisher, B. (2020). Sustainable Development Goals: Pandemic Reset. *Nature*. 583, Pp. 198-201. Disponível Em: [D41586-020-01999-X.Pdf \(Nature.Com\)](#)

Nations, J. D., e Nigh, R. B. (1980). The Evolutionary Potential Of Lacandon Maya Sustained-Yield Tropical Forest Agriculture. *Journal Of Anthropological Research*, 36(1), Pp. 1-30.

Nautiyal, J. C., e Pearse, P. H. (1967). Optimizing The Conversion To Sustained Yield - A Programming Solution. *Forest Science*. 13(2), Pp. 131-139.

Nilsson, M., Griggs, D., e Visbeck, M., (2016). Policy: Map The Interactions Between Sustainable Development Goals. *Nature News*, 534, (7607), Pp. 320-322.

Oliveira, G. M., Vidal, D. G., e Maia, R. L. (2020). Monitoring Portuguese Living Conditions At Local Scale: A Case Study Based On Sustainable Development Indicators. *International Journal Of Sustainable Development & World Ecology*, 27 (2), Pp. 140-152.

Pauzuoliene, J., e Mauriciene, I. (2013). Implementation Of Social Responsibility In Public Institutions. *Social Research*, 4 (33), Pp. 141-151.

Rama, M., González-García, S., Andrade, E., Moreira, M. T., e Feijoo, G. (2020). Assessing The Sustainability Dimension At Local Scale: Case Study Of Spanish Cities. *Ecological Indicators*, 117 (106687), Pp. 1-13.

Scoones, I., Stirling, A., Abrol, D., Atela, J., Charli-Joseph, L., Eakin, H., ... e Yang, L. (2020). Transformations To Sustainability: Combining Structural, Systemic And Enabling Approaches. *Current Opinion In Environmental Sustainability*, 42, Pp. 65-75.

Singh, S. K., Chen, J., Del Giudice, M., e El-Kassar, A. N. (2019). Environmental Ethics, Environmental Performance, And Competitive Advantage: Role Of Environmental Training. *Technological Forecasting And Social Change*, 146, Pp. 203-211.

Sodiq, A., Baloch, A., Khan, S., Sezer, N., Mahmoud, S., Jama, M., e Abdelaal, A. (2019). Towards Modern Sustainable Cities: Review Of Sustainability Principles And Trends. *Journal Of Cleaner Production*, 227, Pp. 972-1001.

Stafford-Smith, M., Griggs, D., Gaffney, O., Ullah, F., Reyers, B., Kanie, N. ..., O'Connell, D. (2017). Integration: The Key To Implementing The Sustainable Development Goals. *Sustainability Science*, 12, (6), Pp. 911-919.

Tetrevova, L., e Jelinkova, M. (2019). Municipal Social Responsibility Of Statutory Cities In The Czech Republic. *Sustainability*, 11 (2308), Pp. 1-19.

Tsalis, T. A., Malamateniou, K. E., Koulouriotis, D., e Nikolaou, I. E. (2020). New Challenges For Corporate Sustainability Reporting: United Nations' 2030 Agenda For Sustainable Development And The Sustainable Development Goals. *Corporate Social Responsibility And Environmental Management*, 27 (4), Pp. 1617-1629.

Usmani, M., Davison, J., e Napier, C. J. (2020). The Production Of Stand-Alone Sustainability Reports: Visual Impression Management, Legitimacy And “Functional Stupidity”. *Accounting Forum*. 44, (4), Pp. 315-343.

Veiga, José Eli. Como Pode Ser Entendida A Sustentabilidade. In: Veiga, José Eli. *Desenvolvimento Sustentável – O Desafio Do Século Xxi*. Rio De Janeiro, Garamond, 2006. P. 109-172.

Veiga, José Eli. Sustenatbilidade Equivocada – Gerações Futuras E O Discurso De Hoje. Folha De São Paulo. Caderno Ilustríssima. 05 Set. 2010 Disponível Em: [Http://Zeeli.Pro.Br/Artigos_Folha/2010%20-%2009%20-%20sustentabilidade%20equivocada.Pdf](http://Zeeli.Pro.Br/Artigos_Folha/2010%20-%2009%20-%20sustentabilidade%20equivocada.Pdf) Acesso Em: 23 Mai. 2011.

Von Carlowitz, H. C. (1732). *Sylvicultura Oeconomica, Oder Hauswirthliche Nachricht Und Naturmässige Anweisung Zur Wilden Baumzucht*. (Vol. 1).(S.D). Johann Friedrich Brauns. Disponível Em: [Sylvicultura Oeconomica, Oder Hauswirthliche Nachricht Und Naturmässige ... - Hans Carl Von Carlowitz - Google Livros](#)

Yigitcanlar, T., Kamruzzaman, M., Foth, M., Sabatini-Marques, J., Da Costa, E., e Ioppolo, G. (2019). Can Cities Become Smart Without Being Sustainable? A Systematic Review Of The Literature. *Sustainable Cities And Society*, 45, Pp. 348-365.

ANEXOS

ANEXO 1 – Inquérito Realizado aos Municípios Portugueses

A importância da sustentabilidade nas Autarquias Locais

O presente formulário é integrado na elaboração da componente não letiva do Mestrado em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial e tem como objetivo estudar “A importância da sustentabilidade nas Autarquias Locais”. A escolha deste tema, deve-se às preocupações ambientais que, cada vez mais, todos devemos ter, não só a nível pessoal, como também profissional. Sendo as Autarquias Locais, o serviço público mais próximo da população, parece-nos que seria interessante estudar o seu nível de preocupação ambiental e social. Assim, solicitamos o preenchimento do mesmo e o envio até ao dia 31/12/2020, agradecendo desde já a disponibilidade e compreensão.

*Obrigatório

Município de *

A sua resposta

Qual a estimativa do número de habitantes no Concelho, neste mês de dezembro? *

A sua resposta

1 - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um apelo universal para proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham dignidade. A meta principal é a criação de um conjunto de objetivos que conduzam os governos, empresas e sociedades para um mundo mais sustentável e inclusivo. Tem conhecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? *

Sim

Não

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam as prioridades globais para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, assinada por mais de 190 países em 2015. Definem as prioridades e aspirações globais para 2030 e requerem uma ação à escala mundial de governos, empresas e sociedade civil para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos, dentro dos limites do planeta.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1



ERRADICAR A POBREZA
EM TODAS AS SUAS FORMAS,
EM TODOS OS LUGARES

1.1 - Considera que existem medidas adotadas para erradicar a pobreza no Concelho? *

Sim

Não

1.1.1 - Caso tenha respondido que Sim, selecione entre as seguintes opções, as medidas adotadas no Concelho: *

Programa de Combate à Pobreza Infantil - Proinfância

Banco Alimentar Contra a Fome

Banco de Voluntariado

Apoio aos Sem Abrigo

A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses

Isenção de Pagamento das Refeições Escolares aos Alunos Carenciados

Apoio Financeiro às Famílias Carenciadas

Nenhuma das opções

Não se aplica

1.2 - Diga, na sua opinião e referente ao seu Concelho, qual a estimativa de habitantes que vive com menos de 1 euro por dia? *

0%-20%

21%-40%

41%-60%

61%-80%

81%-100%

Desconhecido

1.3 - Considera, que caso existam fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos , sociais e ambientais, o Município assegura a proteção dos mais vulneráveis e mais pobres? *

Sim

Não

1.3.1 - Caso tenha respondido que Sim, selecione entre as seguintes opções, como: *

Existe património do Município para albergar a população desalojada, temporariamente

O Banco Alimentar está sempre preparado para uma urgência ou emergência

Existem sempre no Município funcionários preparados para o apoio social e psicológico

Nenhuma das opções

Não se aplica

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2



ERRADICAR A FOME, ALCANÇAR
A SEGURANÇA ALIMENTAR,
MELHORAR A NUTRIÇÃO
E PROMOVER A AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL

2.1 - É assegurada aos mais pobres e a pessoas em situações vulneráveis , incluindo crianças , uma alimentação de qualidade , nutritiva e suficiente durante todo o ano? *

Sim

Não

2.1.1 - Caso tenha respondido que Sim, selecione entre as seguintes opções, a forma como assegura: *

O Município tem um nutricionista que organiza os produtos alimentares a entregar aos mais carenciados

O Município tem um serviço de apoio social que acompanha com regularidade a ajuda alimentar atribuída

Nenhuma das opções

Não se aplica

A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses

2.2 - O Município realiza campanhas ou ações de formação de sensibilização para aproveitamento de bens alimentares, nomeadamente em restaurantes, cafés, supermercados? *

Sim

Não

2.3 - Existem hortas comunitárias? *

Sim

Não

2.3.1 - Caso tenha respondido que Sim, selecione entre as seguintes opções, qual a estimativa da utilização das hortas comunitárias? *

0%-20%

21%-40%

41%-60%

61%-80%

81%-100%

Não se aplica

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3



GARANTIR O ACESSO À SAÚDE
DE QUALIDADE E PROMOVER
O BEM-ESTAR PARA TODOS,
EM TODAS AS IDADES

3.1 - Existe Hospital/Centro de Saúde no Concelho? *

Sim

Não

3.2 - Considera que a população tem acesso às várias especialidades de medicina na rede pública de saúde, sem sair do Concelho? *

Sim

Não

3.3 - O Município tem medidas que assegurem a vida saudável e bem-estar da população? *

Sim

Não

3.3.1 - Caso tenha respondido que Sim, selecione entre as seguintes opções, que medidas: *

Ações de sensibilização para uma vida saudável

Percursos pedestres

Viaturas sem motor disponíveis para uso da população

Eventos desportivos organizados pelo Município e sem cariz competitivo

Nenhuma das opções

Não se aplica

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4

A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses



GARANTIR O ACESSO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DE QUALIDADE E EQUITATIVA, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS

4.1 - O Município dispõe de mecanismos que permitam a todos os estudantes do ensino obrigatório, ter acesso à educação? *

Sim

Não

4.1.1 - Caso tenha respondido que Sim, selecione entre as seguintes opções, que mecanismos: *

Transporte gratuito

Livros escolares gratuitos

Material escolas gratuito

Refeições gratuitas

4.2 - Qual a estimativa de analfabetismo no Concelho? *

0%-20%

21%-40%

41%-60%

61%-80%

81%-100%

4.3 -Qual a estimativa de empreendedores considera existir no Concelho? *

0%-20%

21%-40%

41%-60%

61%-80%

81%-100%

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5



ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E RAPARIGAS

5.1 - O Município promove campanhas de estímulo à denúncia de violência doméstica? *

Sim

Não

5.2 - Qual a estimativa do número de mulheres que trabalham no quadro efetivo do Município? *

0%-20%

21%-40%

41%-60%

61%-80%

A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses

81%-100%

5.3 - Tem conhecimento de casos de casamentos prematuros , forçados ou envolvendo crianças ? *

Sim

Não

Desconhecido

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6



GARANTIR A DISPONIBILIDADE
E A GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA
POTÁVEL E DO SANEAMENTO
PARA TODOS

6.1 - Qual a estimativa de população do Concelho com acesso a água potável? *

0%-20%

21%-40%

41%-60%

61%-80%

81%-100%

6.2 - Qual a estimativa de população do Concelho com acesso à rede pública de saneamento? *

0%-20%

21%-40%

41%-60%

61%-80%

81%-100%

6.3 - O Município promove medidas de proteção e restauração dos ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas , florestas, zonas húmidas , rios, aquíferos e lagos ? *

Sim

Não

6.3.1 - Caso tenha respondido que Sim, selecione entre as seguintes opções, quais as medidas: *

Associações/entidades de proteção aos ecossistemas

Policimento ativo aos ecossistemas

Inseridos por lei em áreas de proteção

Nenhuma das opções

Não se aplica

Outra:

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7

A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses



GARANTIR O ACESSO A FONTES DE ENERGIA FIÁVEIS, SUSTENTÁVEIS E MODERNAS PARA TODOS

7.1 - Os edifícios municipais são abastecidos por energia sustentável? *

Sim

Não

7.2 - A iluminação pública é abastecida por energia sustentável? *

Sim

Não

7.3 - Qual o valor anual pago, em 2019, em energia elétrica, incluindo todos os contratos em nome da Câmara Municipal? *

A sua resposta

7.4 - Existem no Concelho fontes de energia sustentável? *

Sim

Não

7.4.1 - Caso tenha respondido que Sim, selecione entre as seguintes opções, quais as fontes de energia sustentável: *

Eólica

Solar

Biomassa

Biogás

Hídrica

Geotérmica

Ondas e Marés

Nuclear

Não se aplica

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8



PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÓMICO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, O EMPREGO PLENO E PRODUTIVO E O TRABALHO DIGNO PARA TODOS

8.1 - Considera que existem políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente , empreendedorismo , criatividade e inovação , e incentivar a formalização e o crescimento das micro , pequenas e médias empresas , inclusive através do acesso aos serviços financeiros ? *

Sim

Não

A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses

8.1.1 - Caso tenha respondido que Sim, selecione entre as seguintes opções, quais as políticas: *

Zonas Industriais

Benefícios Fiscais

Regulamentos Municipais de Incentivo às Empresas

Incubadoras de Empresas

8.2 - Qual a taxa de derrama aplicada? *

A sua resposta

8.3 - Qual a estimativa da taxa de desemprego no Concelho? *

0%-20%

21%-40%

41%-60%

61%-80%

81%-100%

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9



CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS
RESILIENTES, PROMOVER
A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA
E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR
A INOVAÇÃO

9.1 - O Município fornece Internet gratuita no Concelho? *

Sim

Não

9.1.1 - Caso tenha respondido que Sim, selecione entre as seguintes opções, qual a percentagem estimada abrangida pela internet gratuita, no Concelho? *

0%-20%

21%-40%

41%-60%

61%-80%

81%-100%

Não se aplica

9.2 - Existiu, por parte do Município no último ano , apoio financeiro , tecnológico ou tecnicamente , os países africanos , os países menos desenvolvidos , os países em desenvolvimento ou pequenos Estados insulares em desenvolvimento? *

Sim

Não

9.3 - O Município desenvolveu , nos últimos 5 anos, infraestruturas de qualidade , de confiança , sustentáveis e resilientes , incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças , para apoiar o desenvolvimento económico e o bem -estar humano, focando-se no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos ? *

A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses

Sim

Não

9.3.1 - Caso tenha respondido que Sim, selecione entre as seguintes opções, quais as infraestruturas: *

Estradas/Autoestradas

Rede de Abastecimento de Água

Rede de Saneamento

Rede de Gás

Eletricidade

Rede de Internet

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10



REDUZIR AS DESIGUALDADES
NO INTERIOR DOS PAÍSES
E ENTRE PAÍSES

10.1 - O Município tem algum trabalhador com deficiência? *

Sim

Não

10.2 - O Município tem trabalhadores das várias raças? *

Sim

Não

10.3 - O Município tem trabalhadores das várias etnias? *

Sim

Não

10.4 - Existe no Município algum regulamento que previna a desigualdade no atendimento ao público? *

Sim

Não

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11



TORNAR AS CIDADES E COMUNIDADES
INCLUSIVAS, SEGURAS, RESILIENTES
E SUSTENTÁVEIS

11.1 - Considera que existe proteção policial ativa no Concelho? *

Sim

Não

11.2 - Existem transportes público em todo o Concelho? *

Sim

Não

A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses

11.3 - A qualidade do ar é medida mais do que uma vez por ano? *

Sim

Não

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12



GARANTIR PADRÕES DE CONSUMO
E DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS

12.1 - O Município promove campanhas/medidas que desaconselhem o uso de plástico? *

Sim

Não

12.2 - O Município promove campanhas de troca de roupa e brinquedos? *

Sim

Não

12.3 - O Município incentiva à reciclagem, nomeadamente, colocando ecopontos acessíveis a toda a população? *

Sim

Não

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13



ADOTAR MEDIDAS URGENTES
PARA COMBATER AS ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS E OS SEUS IMPACTOS

13.1 - O Município implementa campanhas de sensibilização para a redução do uso de energia e água, bem como dos cuidados a ter com o planeta? *

Sim

Não

13.2 - Existe um procedimento aprovado a adotar em caso de catástrofes naturais? *

Sim

Não

13.3 - O Município tem conhecimento se existe fiscalização no âmbito ambiental? *

Sim

Não

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14



CONSERVAR E USAR DE FORMA
SUSTENTÁVEL OS OCEANOS,
MARES E OS RECURSOS MARINHOS
PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses

14.1 - O Município implementa medidas de conservação e uso sustentável dos oceanos, mares, rios e recursos marítimos para o desenvolvimento sustentável, mantendo-os limpos? *

Sim

Não

14.2 - Considera que existe por parte da população, o cuidado adequado com a manutenção da limpeza dos rios e oceanos, não os poluindo? *

Sim

Não

14.3 - O Município tem conhecimento se existe sobrepesca ou pesca ilegal nos rios ou oceano do Concelho? *

Sim

Não

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15



PROTEGER, RESTAURAR E PROMOVER
O USO SUSTENTÁVEL DOS
ECOSSISTEMAS TERRESTRES,
GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL
AS FLORESTAS, COMBATER
A DESERTIFICAÇÃO, TRAVAR

15.1 - O Município faz a gestão sustentável de todos os tipos de florestas, nomeadamente, a deflorestação e a restauração de florestas degradadas? *

Sim

Não

15.2 - Considera que a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas são um fator descontrolado no Concelho? *

Sim

Não

15.3 - O Município impõe medidas para reduzir a degradação de habitat naturais, travar a perda de biodiversidade e proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas? *

Sim

Não

Objetivo 16



PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS
E INCLUSIVAS PARA
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
PROPORCIONAR O ACESSO
À JUSTIÇA PARA TODOS
E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES
EFICAZES, RESPONSÁVEIS
E INCLUSIVAS A TODOS OS NÍVEIS

16.1 - Existe algum tipo de assessoria jurídica gratuita para organizações sociais e pessoas com fracos rendimentos? *

Sim

Não

16.2 - Qual a taxa de violência no Concelho? *

A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses

A sua resposta

16.3 - O Município realiza eventos públicos e gratuitos que fomentem a Paz? *

Sim

Não

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17



REFORÇAR OS MEIOS
DE IMPLEMENTAÇÃO
E REVITALIZAR A PARCERIA
GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

17.1 - Considera que existe parceria entre Concelhos para apoiar causas de desenvolvimento social? *

Sim

Não

17.2 - O Município colabora com alguma associação intermunicipal de desenvolvimento sustentável? *

Sim

Não

17.3 - O Município apresenta o Relatório de Sustentabilidade? *

Sim

Não

17.4 - Caso não cumpra com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estaria disponível a fazer as adaptações necessárias? *

Sim

Não